

REVISTA

dezembro | 2021



BAHIA

a revista da advocacia baiana

2019-2021

UM TRIÊNIO DE MUITAS REALIZAÇÕES

Mesmo com a pandemia, OAB-BA fortalece a luta pela melhoria do Judiciário e obtém conquistas importantes para a advocacia

**“BONS VENTOS SOPRARÃO
PARA A ADVOCACIA DA BAHIA”**

Fabrizio Castro faz um balanço da gestão 2019-2021 com esperança em dias melhores para a advocacia baiana

**“NOSSO PROPÓSITO
É UNIR A ADVOCACIA”**

Daniela Borges, primeira mulher eleita presidente da OAB-BA, aponta os principais desafios da sua gestão

UMA NOVA ESCOLA PARA UM NOVO TEMPO



228 cursos gratuitos

108 cursos e eventos em Salvador com **5.019** participantes

80 cursos e eventos no interior da Bahia com **7.688** participantes

409 cursos e eventos on-line com **171.262** participantes

Totalizando **597** cursos e eventos com **183.969** participantes

Triênio 2019-2021

A Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes desenvolve há mais de duas décadas um trabalho de formação jurídica que vem se expandindo e modernizando, por meio de cursos presenciais e on-line, novas plataformas e novas propostas, para atender às reais necessidades da advocacia baiana. Os cursos são voltados a aspectos práticos, contribuindo para o aperfeiçoamento da classe. No triênio 2019/2021 a ESA-BA fez muito. Nos próximos três anos vamos fazer muito mais.

www.esaobba.org.br

CAROS ADVOGADOS E ADVOGADAS BAIANOS,

É com a sensação de dever cumprido que a diretoria da OAB da Bahia conclui a gestão 2019-2021. Em um triênio marcado pela pandemia do novo coronavírus, que ceifou milhares de vidas e conseguiu agravar a crise do Poder Judiciário em nosso estado, a Seccional se manteve firme no propósito de defender a classe e o Estado Democrático.

Foram inúmeros os desafios enfrentados ao longo desses três anos e, graças ao trabalho de todo o sistema OAB, muitas também foram as conquistas celebradas. Nessa edição da Revista da OAB da Bahia, preparada especialmente para prestar contas à advocacia, reunimos algumas dessas vitórias, fruto de muito esforço.

As nossas maiores conquistas, certamente, vieram no enfrentamento à crise do Judiciário, quando a atuação firme da OAB da Bahia garantiu a contratação de 98 magistrados, impediu fechamento de 18 comarcas e reabriu fóruns e tribunais após 20 meses fechados por conta da pandemia.

Nessa mesma linha, defendemos as prerrogativas profissionais da advocacia como nunca antes em nossos 90 anos de história. Ampliamos muito a atuação da Procuradoria da OAB e criamos, nesse triênio, a Câmara de Prerrogativas, uma inovação que garantiu a realização de quase 50 desagravos, um recorde nacional.

A atuação da OAB da Bahia no Tribunal de Ética e Dis-

ciplina foi também algo nunca antes visto. Houve aumento do número de turmas julgadoras, criação da Defensoria Dativa e diversas ações, como o mutirão que julgou 198 processos em 24 horas.

Vale também destacar o trabalho da ESA, que realizou, em três anos, mais de 180 mil matrículas; o crescimento das ações da Caixa de Assistência; além das políticas de inclusão voltadas para as mulheres e para a jovem advocacia.

Esta edição traz, também, uma entrevista com a presidente eleita da OAB da Bahia para o triênio 2022-2024, Daniela Borges. Primeira mulher a ocupar o cargo em toda a nossa história, Daniela tem se destacado nos cenários nacional e estadual pela liderança e capacidade de realização.

Ela foi a principal responsável para o estabelecimento da paridade de gênero nas eleições da Ordem e fez questão de construir um Conselho plural e representativo, que tem, além dos 50% de mulheres, um grande número de advogadas e advogados negros e negras, jovens e oriundos dos mais diversos ramos da profissão.

Essa diversidade é, sobretudo, um convite para a classe participar da vida institucional da OAB. Isso será muito importante para retomar o brio da advocacia e construir um tempo de prosperidade, defesa da nossa profissão e, acima de tudo, respeito às prerrogativas.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabício Castro | *Presidente*
Ana Patrícia Dantas Leão | *Vice-Presidente*
Marilda Sampaio de Miranda Santana | *Secretária-Geral*
Maurício Silva Leahy | *Secretário-Geral Adjunto*
Hermes Hilarião Teixeira Neto | *Tesoureiro*

CONSELHO FEDERAL

Antônio Adonias Aguiar Bastos
Carlos Alberto Medauar Reis
Daniela Lima de Andrade Borges
Iana Kátia Vieira Campos
Luiz Viana Queiroz
Ubirajara Gondim de Brito Ávila

CAAB

Luiz Augusto Reis de A. Coutinho | *Presidente*
Pedro Mascarenhas Lima Junior | *Vice-Presidente*
Tereza Cristina Guerra Dória | *Secretária-Geral*
René Martins Viana Filho | *Secretário Adjunto*
Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes | *Tesoureiro*
Erenaldo de Sousa Brito | *Diretor*
Kathia Norberto Mattos | *Diretora*
Marcelo Gabriel Souza Araújo | *Diretor*

ESA

Thaís Bandeira | *Diretora Geral*
Luiz Gabriel Batista Neves | *Vice-Diretor*
Juliane Facó | *Diretora-Secretária*

CLUBE DOS ADVOGADOS OAB-BA

José Fernando Silva Santos | *Presidente*
Milena Brito Arcanjo da Silva | *Dir. Adm. e Financeira*
Ronaldo Amorim Bastos | *Diretor Social*



Salvador, Bahia | dezembro, 2021

CONSELHO SECCIONAL

Adilson Affonso de Castro
Adriano Ferreira Batista de Souza
Alana Dantas Gonzales
Alberto Carvalho Silva
Alex Rosa Ornelas
Ali Abutrabe Neto
Antonio Lima de Mattos Netto
Arivaldo Marques do Espirito Santo Junior
Betha Brito Nova
Camila Matos Montalvao
Camila Trabuco de Oliveira
Carla Rita Bracchi Silveira
Carlos Wilson Sales Costa
Carlson Lemos Xavier
Carolina Buseni Brandao
Cinzia Barreto de Carvalho
Cristiana Matos Americo
Cyntia Maria de Possidio Oliveira Lima
Daniel de Souza Nogueira
Daniela Carvalho Portugal
Dervana Santana Souza Coimbra
Dora Marcia Zalcborgas
Edivaldo Martins de Araújo
Elisandra Gustavo dos Santos Lins
Emerson Ferreira Mangabeira
Emilia Roters Ribeiro
Emmanuelle Sena Farias
Etienne Vaz Sampaio Magalhães
Fabiane Silva de Almeida
Fabiano Cavalcante Pimentel
Fabrizio Bastos de Oliveira
Fernanda Carvalho Leão Barretto
Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro
Fernanda Souza Cardoso
Fernanda Viana Lima
Filipe de Abreu Reis
Filipe de Campos Garbelotto
Georgia da Silva Dias
Georgia Teixeira Jezler Campello
Humberto Graziano Valverde
Humberto Lucio Vieira da Silva
Icaro Werner de Sena Bitar
Ingrid Freire da Costa Coimbra Vieira
Isabela Munique Rezende Paiva Bandeira
Isabela Tarquinio Rocha Camara

Jacson Santos Cupertino
Jeronimo Luiz Plácido de Mesquita
Joana Rego Silva Rodrigues
João Francisco Alves Rosa
Joeline Araujo Souza
José de Souza Gomes Filho
José Henrique Andrade Chaves
Josimarcos Santana Araujo
Juliane Dias Faco
Lara Rafaelle Pinho Soares
Leonardo Nunez Campos
Lia Maynard Frank
Lucas Baldoino Rosas Biondi
Luciana Santos Silva
Ludmila Aguiar de Oliveira
Luis Vinicius de Aragão Costa
Maira Santana Vida
Manuela Nascimento Ferreira
Marcos Fontes de Amorim e Santanna
Marcos Sampaio de Souza
Maria Luiza Laureano Brito
Mariana Matos de Oliveira
Marilena Galvao Barreto Tanajura
Mário Cesar da Silva Lima
Miucha Pereira Bordoni
Oswaldo Emanuel Almeida Alves
Paloma Braga Araujo de Souza
Pedro Nizan Gurgel de Oliveira
Rafael de Medeiros Chaves Mattos
Rafael Menezes Trindade Barretto
Raquel Carneiro Santos Pedreira Franco
Roberta Casali Bahia Damis
Roberto Cal Almeida Filho
Rui Carlos Rodrigues Miranda da Silva
Ruy Hermann Araujo Medeiros
Sabino Goncalves de Lima Neto
Simone Neri
Soraya Maria Teles Lima Franco
Sylvio Garcez Junior
Tamiride Monteiro Leite
Thais Bandeira Oliveira Passos
Tiago Assis Silva
Vander Luiz Pereira Costa Junior
Vanessa Santos Lopes
Wendel Santos Silveira

REVISTA OAB-BA

Paulo Fortes | *Assessoria de Comunicação*
Virgílio Neto | *Coordenação Editorial*
Luiz Lasserre | *Coordenação de Jornalismo e Textos*
Saulo Miguez | *Jornalismo e Textos*
Angelino de Jesus e Clécio Max | *Fotos*
Alexandre Rebouças e Virgílio Neto | *Projeto Gráfico e Editoração*



ÍNDICE

Entrevista	Fabício Castro "Bons ventos soprarão para a advocacia da Bahia"	4
Prerrogativas	Defesa incansável das prerrogativas marca triênio 2019-2021 da OAB-BA	8
Melhoria do Judiciário	Enfrentar a crise do Judiciário foi a principal bandeira da gestão	12
Conselho Pleno	Conselho Pleno esteve atento a lutas da OAB e da sociedade	16
Prestação de Contas	OAB-BA foi a primeira seccional do país a ter contas aprovadas pelo Conselho Federal	18
Enfrentamento da pandemia	OAB na defesa da advocacia e enfrentamento da pandemia	20
Conferência	Pela primeira vez, Conferência contou com paridade de gênero e participação de jurista internacional	22
Eventos OAB-BA	Eventos jurídicos da OAB-BA se destacam no País	24
Entrevista	Daniela Borges "O nosso propósito é unir a advocacia"	27
Novos Diretores	Conheça os novos membros da Diretoria para o triênio 2022-2024	33
TED	Ampliação do TED impulsiona fiscalização profissional e beneficia advocacia baiana	34
Sedes e salas	Apesar da pandemia, gestão entregou seis sedes e 37 novas salas da advocacia	38
OAB Jovem	Conselho Consultivo fortaleceu participação da jovem advocacia na OAB	42
Advocacia Dativa	Justiça Federal determina pagamento de honorários à advocacia dativa	45
Mulher advogada	Comissão da Mulher chegou a todas as Subseções no triênio 2019-2021	46
Parceria	TV ALBA destaca temas jurídicos em parceria com a OAB-BA	49
Compliance	OAB da Bahia lançou Programa de Compliance	51
OAB Digital	OAB Digital: projeto teve início antes da pandemia	52
Capacitação	Gestão aprimorou capacitação do quadro de funcionários	53
ESA	ESA realizou mais de 170 mil matrículas no triênio 2019-2021	54
Assistência	CAAB: uma gestão de muito apoio à advocacia baiana e enfrentamento aos obstáculos causados pela covid-19	59



“BONS VENTOS SOPRARÃO PARA A ADVOCACIA DA BAHIA”

Presidente da OAB-BA no triênio 2019-2021 faz balanço da gestão



Fabrício Castro, presidente da OAB-BA no triênio 2019-2021

Após três anos na presidência da Seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), Fabrício Castro se diz “feliz” com a sensação do dever cumprido e que está “esperançoso” pela chegada de Daniela Borges ao comando da entidade. Para ele, a presidente eleita “é uma luz para o futuro”. Mas, para chegar até este momento de fazer a transição no comando da entidade, Castro enfrentou um desafio sem precedentes na história da instituição, que foi conduzir a OAB-BA nas fases mais agudas da pandemia do novo coronavírus. Nesta entrevista, ele faz um relato dos momentos difíceis enfrentados pela categoria e das estratégias vitoriosas que permitiram à Seccional amparar os profissionais mais fragilizados, ter fôlego para manter sem nenhuma interrupção os serviços prestados, além de dar seguimento ao trabalho em prol da melhoria do Judiciário, de defesa das prerrogativas da advocacia, além da oferta de cursos para formação e aprimoramento dos profissionais, entre outras ações. Eleito conselheiro federal da OAB para o próximo triênio, ele garante que a intenção é seguir intransigente na defesa da democracia. “A democracia no Brasil e a democracia interna na OAB”, destaca.

A OAB-BA enfrentou, durante a sua gestão, um dos maiores desafios na história da entidade, que foi dar apoio à advocacia durante a pandemia de covid-19. Como foi para você liderar a Seccional no período?

É um desafio que atingiu todos os países, toda a humanidade, as empresas, as famílias e atingiu também as instituições. Logo no início, fomos todos pegos no susto e a nossa primeira preocupação foi no sentido de manter as atividades da nossa instituição.

Porque ficou tudo fechado, um lockdown muito forte, mas a instituição precisava funcionar, havia muita gente precisando abrir sociedades, fazer inscrição na OAB, demandas de prerrogativas, demandas de interesse da sociedade. Graças a Deus, a OAB funcionou 100% do tempo e houve até evolução: em alguns segmentos conseguimos ser mais rápidos do que no período pré-pandemia. Tivemos o cuidado de manter nosso corpo funcional e a totalidade dos serviços funcionando. E vencemos esse desafio.

O que você destaca de ponto forte para superar as adversidades?

Foram realmente momentos difíceis, porque tínhamos a advocacia sem poder trabalhar e, ao mesmo tempo, precisando trabalhar para sobreviver. Mas nós tivemos a graça de poder contar com um Colégio de Presidentes e um Conselho de muita união. E nós todos juntos conseguimos enfrentar um momento tão difícil. A OAB saiu muito mais forte daquele período.

Para superar as limitações vocês aproveitaram mecanismos existentes, mas, efetivamente, também deve ter sido necessário criar novas alternativas, tanto para possibilitar a atuação dos advogados quanto o funcionamento da Seccional. Como isso se deu?

A pandemia impôs uma nova realidade que, sob alguns aspectos, veio para ficar. Alguns segmentos da Ordem já estavam se preparando para uma realidade mais virtual. Na ESA, por exemplo, a gente implantou um sofisticado sistema online antes da pandemia; mas cresceu muito, foram 170 mil matrículas durante a crise. O OAB Digital é um programa que nós também implantamos antes da pandemia. Mas a importância deles se mostrou muito mais forte com a pandemia, são serviços fundamentais e a gente encerra a gestão transformando a relação da advocacia com a OAB nesses dois segmentos. Da mesma forma, o uso do virtual permitiu que a OAB funcionasse, que as nossas comissões funcionassem, que as nossas Subseções funcionassem. E tivemos uma colaboração muito grande do corpo funcional da Ordem. Nossa equipe levou computador, es-

caner, o que precisou para dentro das próprias casas para poder trabalhar e atender as necessidades da advocacia. A OAB da Bahia teve a eficiência de funcionar na crise, mesmo nos momentos mais difíceis da pandemia.

Olhando para trás, o que você destaca como medidas cruciais para amenizar todo o sofrimento e dificuldades enfrentados pelos colegas?

A OAB deu um apoio muito forte à classe. Primeiro, todo o aparato da OAB funcionou para atender o advogado diretamente, todos os serviços sendo oferecidos, a Comissão de Prerrogativas atuando 24 horas por dia, sete dias da semana, disponível para todos os advogados que tiveram problemas de prerrogativas. Os problemas foram agravados na pandemia, mas a comissão seguiu atuando. Quando muitos colegas estavam ilhados, sem poder sair de casa, a ESA ofereceu centenas de cursos online para

eles se capacitarem. A Caixa de Assistência também, com um programa magnífico que conseguiu atender os advogados que mais precisavam. É preciso destacar, ainda, que a Seccional teve uma sensibilidade grande quando a inadimplência atingiu o maior ponto e todas as cobranças foram suspensas, pelo entendimento de que aquele era um momento bem difícil para uma parcela significativa da advocacia cumprir as obrigações. Acima de tudo, foi um período de solidariedade, de todos com todos.

Em relação às prerrogativas, é de se imaginar que, com o isolamento da pandemia, as violações pudessem diminuir, mas pelo que você diz não foi isso que aconteceu. Que tipo de violações de prerrogativas aconteciam?

O Judiciário, em um primeiro momento, criou a regra de fornecer um telefone e um e-mail para que a advocacia tivesse contato com os cartórios e com os magistrados, e a verdade é que não funcionou. O advogado não conseguia, em um determinado momento, ter acesso aos cartórios nem aos magistrados. Se isso tivesse funcionado desde o início seria bem melhor, porque muita coisa poderia ter sido resolvida nesse sistema. Então, a OAB foi

“A OAB deu um apoio muito forte à classe. Primeiro, todo o aparato da OAB funcionou para atender o advogado diretamente, com todos os serviços sendo oferecidos e a Comissão de Prerrogativas atuando 24 horas por dia, nos sete dias da semana.”

para cima com uma ação forte em defesa das prerrogativas, em função também da necessidade de maior eficiência do Poder Judiciário. Lançamos a campanha Quem Precisa de Justiça Não Pode Esperar, fizemos uma audiência pública muito forte na Assembleia Legislativa da Bahia, fomos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com uma representação contra a falta de atendimento. Depois disso tudo, o próprio Tribunal, reconhecendo os problemas, criou uma central de atendimento, a partir do momento em que regulamentou a necessidade de disponibilizar no site da Justiça o espaço para o advogado agendar horário com o magistrado. Isso é bem importante, porque hoje nós temos a ferramenta para fiscalizar o magistrado que não disponibiliza agenda quando advogados estão sem ser atendidos. Nós, nesta gestão, avançamos muito na luta em defesa das prerrogativas.

Você mencionou a questão das dificuldades que a categoria enfrentou nos momentos mais agudos da crise. Qual o papel da Caixa de Assistência no apoio às questões mais urgentes?

A Caixa de Assistência provou o papel forte que tem de apoiar especialmente aquele advogado que mais precisa. Uma ação importante foi a campanha de distribuição de cestas básicas, que algumas pessoas não entenderam a real necessidade e até criticaram...

No sentido de considerarem, digamos, uma “esmola”... Como se fosse, mas na verdade as pessoas passaram grandes dificuldades e em um determinado momento vários advogados não tinham o pão para colocar na mesa. Eu considero que foi uma campanha muito bonita da Caixa de Assistência da Advocacia. Fez duas vezes, atingiu uma quantidade imensa de advogados – e distribuiu também benefícios assistenciais, em dinheiro, para advogados vítimas de covid. Um trabalho muito bonito.

A respeito do que você mencionou da grande alta da inadimplência e suspensão da cobrança das contribuições, o quadro chegou a afetar as finanças da OAB-BA? A gente prorrogou o pagamento por três meses para facilitar ao advogado poder honrar com os compromissos e isso representou, de fato, uma queda na receita. Mas a gente tinha um planejamento financeiro desde antes que nos permitiu suportar essa espera. Tivemos também que fazer um redimensionamento dos nossos investimentos. Tem alguns compromissos que eu gostaria de ter feito mas que, diante das circunstâncias, ficaram para a próxima gestão e eu espero que a próxima presidente possa fazer. Mas era importante termos aquela suspensão, porque muita gente deixou temporariamente de ter condição de pagar; tivemos um número recorde de inadimplência e a situação ainda está sendo revertida. Mas, na OAB da Bahia, nós fizemos um tri-

ênio de muita responsabilidade, com muito cuidado com o dinheiro da advocacia. Diante daquele quadro, a gente redimensionou os investimentos previstos e vamos entregar a Ordem com a casa arrumada, com dinheiro em caixa para a próxima presidente enfrentar as despesas e fazer um triênio muito organizado.

Como você avalia a atuação da ESA, no contexto dessa busca significativa com 170 mil inscritos nos cursos online?

A escola ainda tem uma capacidade de crescimento muito grande. Eu já enxergava isso desde antes da pandemia, quando chamei a diretora geral da ESA e disse que queria fazer o sistema de aulas online: o futuro é esse. E nós, então, começamos a implantar devagar. Quando a pandemia chegou, o sistema já estava lançado, começando. Com os desdobramentos da pandemia, avançou bastante. Se tivemos 170 mil inscrições, essa próxima gestão poderá aumentar ainda mais esse número, porque o potencial da escola, de trazer cursos de pós-graduação, de atingir universalmente todo o estado da Bahia, é muito grande. Eu acredito muito no que a ESA ainda irá trazer.

No enfrentamento da crise no Judiciário houve um ponto importante, com a nomeação pelo Tribunal de 98 magistrados. O que isto representa?

Eu considero que nesta luta pela melhoria da prestação do serviço jurisdicional do TJ baiano a OAB teve algumas vitórias nesses três anos. Primeiro, nós conseguimos com o Tribunal, mesmo não tendo sucesso na ação judicial que propusemos, fazer uma composição com a atual gestão do presidente Lourival Trindade e suspender a extinção de comarcas. Várias deixaram de ser extintas nessa composição amigável que a OAB fez com o Tribunal de Justiça e já homologada pelo CNJ. Depois, nós contribuimos bastante para a nomeação de 98 juízes e estamos contribuindo para que os demais aprovados ainda sejam chamados. Avançamos bastante na pandemia com diversas representações no CNJ para garantir o funcionamento do Poder Judiciário e garantir o acesso à Justiça. Também no campo das prerrogativas, conforme já havia mencionado, tivemos resultados concretos, com a resolução que estabeleceu a central de atendimento, que é uma mudança de paradigma na observância do cumprimento da prerrogativa da advocacia de ser recebida pelo magistrado.

E ainda tem o número recorde de desagregos registrado no estado...

Sim, porque nós conseguimos ampliar na Seccional o sistema de eficiência nos processos. Nós já tínhamos um programa de defesa de prerrogativas eficiente, conseguimos implantar uma Câmara de Prerrogativas que se tornou especialista em julgamento da matéria e começamos a cobrar os prazos. Com a nossa gestão, a violação de prerro-

gativas passou a ter os pedidos de desagravo e as demais providências adotados em prazos curtos. Tivemos a oportunidade de bater o recorde nacional: em Itaberaba nós fizemos um desagravo no prazo de 24 horas. A gente fez com que as violações sejam combatidas mediante uma ação rápida e célere da Ordem. Acabou aquela história de a violação acontecer e a reação se dar em um tempo muito distante, quando os fatos já estavam perdidos. Agora não, a gente faz no tempo dos acontecimentos.

Como você dimensiona a importância da OAB Digital para a classe?

É uma transformação da relação da advocacia com a OAB. Imagine qualquer advogado, seja um de Salvador, que more longe da nossa sede, ou alguém do interior, vivendo a quilômetros da sede da Subseção; até pouco tempo atrás, esses advogados, para fazerem qualquer requerimento à OAB, teriam que se deslocar de carro ou de ônibus para a sede da Seccional ou da Subseção para fazer um protocolo – e esse protocolo, quando chegasse, ainda poderia ser alvo de uma diligência e voltar. Tudo isso demandava um tempo muito grande, uma energia muito grande, um dispêndio de dinheiro muito grande. O programa OAB Digital permite que todo o acesso do advogado à Ordem seja feito online: ele faz o requerimento, tem o protocolo online e o despacho poderá ser feito online. Com isso, o advogado ganha eficiência, porque não perde tempo para fazer o requerimento, e não perde tempo aguardando, porque a Ordem recebe tudo com muita celeridade. Também é uma economia de dinheiro, que não se gasta no deslocamento ou com papéis. Esse sistema ainda terá todos os módulos implantados – eu acredito que a próxima gestão já poderá implantar – e todos os julgamentos da Ordem deverão ser realizados com apoio do sistema, com tramitação eletrônica. Ou seja, a gente vai conseguir, dentro da Ordem, ter uma eficiência maior em todos os processos. É uma revolução no que diz respeito à burocracia interna. Nós iremos ganhar cada vez mais celeridade e prestar um serviço de excelência ao advogado.

Qual a sua avaliação desse momento em que, pela primeira vez, a OAB da Bahia passará a ser presidida por uma mulher e, também, a primeira vez no Brasil que uma Seccional será comandada por duas mulheres?

A vida é feita de ciclos e eu penso que nós encerramos agora um ciclo. Não um ciclo de três anos, eu acho que a gente encerra agora um ciclo de nove anos. Porque as duas gestões de Luiz Viana Queiroz e a minha gestão têm uma sinergia muito grande, um modo de pensar muito próprio, muito parecido. Daniela Borges é uma virada de chave, é uma luz, uma esperança de mudança com segurança. Porque ela conhece a Ordem, conviveu conosco nesses nove anos, contribuindo bastante, e nos dá a esperança de uma



gestão muito boa, juntamente com Christianne Gurgel e toda a diretoria, com um Conselho que está muito bem segmentado, com uma grande representatividade de todos os segmentos da sociedade. Um olhar diferente, mas que irá trazer grandes transformações para a advocacia.

Você acredita em um novo normal para a advocacia?

Eu acredito que já está havendo o novo normal do mundo, da vida. A advocacia está dentro do mundo, não é diferente. As mudanças que estão ocorrendo em toda a sociedade têm um reflexo muito grande na advocacia. E o ser humano se adapta à realidade, segue se transformando junto com a sociedade. A advocacia não é diferente, as transformações não vão parar.

E você, eleito para o Conselho Federal, no país do jeito que está, polarizado, com uma eleição presidencial chegando, ameaças ao Estado Democrático de Direito, mas sempre com a OAB ativa na defesa da democracia. Qual é o seu ânimo nesse contexto?

Manter a tradição da Bahia, de defesa da democracia. Da democracia no Brasil e da democracia interna na OAB. E a gente defende “diretas já” na OAB. É buscar contribuir o máximo possível para que a pauta da advocacia seja bem conduzida, que a questão da estrutura do Poder Judiciário seja discutida, que na questão das prerrogativas a gente avance, sempre de olho nas pautas da sociedade. Porque a OAB é a voz constitucional do cidadão e tem que estar, de fato, atenta a todas as questões que interessam ao Brasil.

Para concluir, dentro desse novo normal, novo momento, você está otimista?

Muito otimista, bem feliz de estar concluindo o mandato com sucesso e de ter colaborado para a construção do futuro. Essa vitória de Daniela Borges é uma luz para o futuro e eu estou esperançoso de que bons ventos soprarão para a advocacia da Bahia. ◀

DEFESA INCANSÁVEL DAS PRERROGATIVAS MARCA TRIÊNIO 2019-2021 DA OAB-BA

Gestão criou a Câmara de Prerrogativas, ampliou a Procuradoria e realizou quase 50 desagrvos



Adriano Batista, presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, e Mariana Oliveira, procuradora-geral da OAB-BA no triênio 2019-2021

A defesa e a valorização das prerrogativas da advocacia foram alguns dos principais pilares que sustentaram a gestão da OAB da Bahia no triênio 2019-2021. O sistema de prerrogativas, que já contava com a Comissão de Direitos e Prerrogativas e a Procuradoria, ganhou a Câmara de Prerrogativas, um instrumento de defesa da classe criado com o propósito de trazer mais celeridade aos processos de desagravo.

Ao longo deste triênio, a Seccional, por meio da Procuradoria, promoveu mais de 400 ações jurídicas em prol da classe, muitas delas dirigidas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Houve, ainda, o aumento de integrantes da Procuradoria, com a contratação de cinco novos advogados e advogadas para representar os colegas vítimas de violação no exercício da profissão.

Graças a esse trabalho, magistrados foram representados por se recusarem a atender advogados ou por oferecerem tratamento incompatível à advocacia. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) também se viu obrigado a criar o Balcão Virtu-

al e a Central de Agendamento, para dar encaminhamento às demandas da advocacia enquanto os fóruns permaneciam fechados.

A procuradora-geral da OAB da Bahia, Mariana Oliveira, aponta entre os principais feitos da gestão a impetração de mandado de segurança contra ato da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador (SEDUR) que, em março de 2021, determinou o fechamento de escritórios de advocacia; a intervenção em inúmeros processos judiciais em que houve violação das prerrogativas; e a defesa de advogados e advogadas acionados judicialmente por autoridades infratoras de prerrogativas.

DEFESA DOS HONORÁRIOS

A defesa dos honorários foi outra grande preocupação da Procuradoria. Não por acaso, foram encaminhados Pedidos de Providência ao CNJ contra normas de tribunais que criavam obstáculos à retenção de honorários contratuais, além da campanha Celeridade no Recebimento de Honorários.

“A advocacia foi mobilizada a apontar todas as ações ordinárias, monitorias e/ou execuções que envolvessem, exclusivamente, os créditos de honorários advocatícios com tramitação incompatível com a natureza atribuída aos créditos de natureza alimentar”, explicou Mariana Oliveira.

A partir dessa comunicação, a Procuradoria peticionou os autos, requerendo a celeridade na liberação dos créditos e ainda promoveu representações por excesso de prazo junto à Corregedoria do Tribunal e ao Conselho Nacional de Justiça.

CENTRAL DE ALVARÁS

Quando a pandemia do novo coronavírus chegou à Bahia, em março de 2020, os bancos do estado estavam fechados devido a uma greve de vigilantes. Com esse problema, diversos alvarás físicos encontravam-se pendentes de pagamento, o que dificultou muito a vida da advocacia, que já se deparava com o início do agravamento da crise socioeconômica.

Ainda nos primeiros dias de pandemia, a Comissão de Direitos e Prer-



Reunião da Câmara de prerrogativas na sede da OAB-BA



Marilda Sampaio, secretária-geral e presidente da Câmara de Prerrogativas da OAB-BA no triênio 2019-2021

rogativas conseguiu, junto à Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), a criação da Central de Alvarás, uma ferramenta que funcionou via e-mail e foi responsável pela intermediação dos pagamentos de alvarás, RPVs e precatórios.

O presidente da Comissão, Adriano Batista, conta que a OAB da Bahia foi a primeira Seccional do país a dis-

ponibilizar o serviço à classe. “Além de facilitar o pagamento dos alvarás eletrônicos, por meio da Central agendávamos atendimentos presenciais com os bancos, quando era necessário”, lembrou Batista.

Com muito diálogo junto aos magistrados, a Comissão conseguiu que os alvarás físicos fossem transformados em eletrônicos, o que faci-

litou muito a vida da advocacia que depende dessa remuneração, em virtude da dificuldade que havia de realizar os saques.

“A partir dessa mudança, os advogados e advogadas passaram a ter o crédito direto nas contas, sem precisar ir aos bancos. E hoje, todos os alvarás são pagos no formato eletrônico”, detalhou Adriano Batista.

CÂMARA DE PRERROGATIVAS

A Câmara de Prerrogativas foi mais uma iniciativa pioneira da OAB da Bahia. Criada com o objetivo de trazer mais agilidade aos processos de desagravo, a Câmara teve como presidente no triênio 2019-2021 a secretária-geral, Marilda Sampaio. Nesses três anos, foram realizados 48 desagravos, um recorde nacional.

“Puxamos todos os processos que estavam pendentes, fizemos um levantamento do que havia e concluímos a gestão com todos os desagravos feitos, inclusive aqueles que haviam sido aprovados em gestões anteriores”.

Quando se fala de desagravo, muitos advogados ainda não enten-



Desagravo da advogada Juliana Blanco no TRT5



Desagravo de jovem advogado em Itaberaba

dem o real significado. Marilda explica que esse recurso da OAB é uma forma de mostrar às autoridades, à própria advocacia e à sociedade que a Ordem está atenta e que nenhum advogado ou advogada terá seus direitos violados sem que isso resulte em uma reação do órgão de classe que o representa.

Além do que, quando um desagravo é analisado pela Comissão de Prerrogativas e aprovado pela Câmara, no parecer consta o devido encaminhamento aos órgãos responsáveis pelas autoridades que cometeram a violação.

DESAGRAVO DO DESAGRAVO

Entre todos os desagravos realizados, o do advogado Yuri Schindler talvez tenha sido um dos mais mar-

cantes. Yuri teve o microfone cortado e a palavra cerceada durante uma audiência virtual nos Juizados Especiais pelas magistradas Maria Auxiliadora Sobral Leite e Isabela Kruschewsky Pedreira da Silva, e pela servidora Verbena Maria Sousa Fraga Barreto.

Minutos antes do horário previsto para a realização do desagravo, no dia 23 de março de 2021, uma decisão judicial da 1ª Vara Federal Cível determinou a suspensão do ato. A Seccional acatou a medida, porém, realizou o evento online *Desagravo - Reparação, Liberdade de Expressão e Autonomia da Advocacia*, que ficou amplamente conhecido como o desagravo do desagravo.

Toda a Diretoria Seccional se fez presente, além do então vice-presi-

dente da OAB Nacional, Luiz Viana Queiroz, o presidente da ABAT, André Sturaro, o então presidente da OAB do Paraná, Cássio Telles, e diversos outros representantes da advocacia.

A OAB da Bahia recorreu da decisão judicial e, em agosto de 2021, em nova sessão da Câmara de Prerrogativas, aprovou um novo desagravo em favor de Yuri. A solenidade aconteceu no dia 14 de dezembro e foi marcada por muita emoção.

“Nossa Seccional dá muita importância às prerrogativas. Nós temos aqui um sistema bastante estruturado e eficiente. As dificuldades existem, mas a Seccional está preparada para enfrentar e vencer todas elas”, afirmou o presidente da OAB da Bahia, Fabrício Castro. ◀

ENFRENTAR A CRISE DO JUDICIÁRIO FOI A PRINCIPAL BANDEIRA DA GESTÃO

Atuação da OAB-BA garantiu a contratação de 98 magistrados, impediu o fechamento de 18 comarcas e reabriu fóruns após 20 meses fechados

Sede da TJB, em Salvador

Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia

A crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus agravou de maneira significativa os problemas do Poder Judiciário em nosso estado e colocou a advocacia baiana no pior momento da sua história. O mês de março de 2020 está marcado no calendário da classe pelo início do fechamento dos fóruns e da dificuldade extrema em acessar os magistrados.

Em meio a esse cenário, a OAB da Bahia não poupou esforços e fez tudo que estava ao seu alcance para oferecer melhores condições de trabalho aos advogados e advogadas, e reestabelecer a prestação jurisdicional.

Sob a liderança do presidente Fabrício Castro, a Seccional se mobilizou e atingiu conquistas históricas, como a nomeação de 98 magistrados pelo Tribunal de Justiça do Estado, entre dezembro de 2020 e junho de 2021; a manutenção de 18 comarcas; e, finalmente, a reabertura dos fóruns e tribunais após 20 meses fechados.

De acordo com o presidente da OAB da Bahia, Fabrício Castro, o preenchimento das comarcas e o acesso ao Judiciário são as pautas mais importantes para a advocacia. Afinal de contas, para se encostar a barriga no balcão é necessário que do outro lado tenha alguém para despachar e dar encaminhamento aos processos.

Fabrício lembra que, desde o início da pandemia, a retomada do Judiciário se tornou ponto permanente de pauta nas sessões do Conselho Pleno da OAB. “A Procuradoria Jurídica, inclusive, atuou diversas vezes para garantir plenas condições de trabalho para a advocacia. Medidas foram adotadas em prol da retomada e para viabilizar o atendimento por magistrados”.

Em sessão do Conselho Pleno, de outubro de 2021, a OAB da Bahia aprovou um estudo de viabilidade para o Tribunal de Justiça titularizar os juízes substitutos e nomear aqueles que estão no quadro de reservas. Hoje, há 90 magistrados nessa condição.

IMPACTO

Para se ter uma ideia dos efeitos da nomeação de magistrados e manutenção de comarcas, na Subseção de Itapetinga, por exemplo, a comarca de Itarantim, segunda mais movimentada da região, estava há bastante tempo sem juiz titular e constava na lista de fechamento. Essa realidade mudou graças aos esforços da OAB. O presidente da Subseção, Fabrício Moreira, conta que a advocacia estava sem saber o que fazer caso a extinção fosse concretizada pelo TJBA.

“A Subseção de Itapetinga atende oito cidades, das quais



Os presidentes das subseções do interior tiveram um importante papel no enfrentamento da crise do judiciário no estado.

quatro são comarcas que, hoje, estão devidamente providas de magistrados. Isso se deve à atuação conjunta da Subseção com a Seccional para construir um Judiciário forte e atuante”, observou Moreira.

A comarca de Itambé é outra que estava sem juiz e correndo risco de fechar, mas, hoje, está devidamente ocupada. “A Subseção de Itapetinga teve muito êxito nessa atuação conjunta. Isso não significa que o Judiciário virou um mar de rosas, mas esse início de movimentação já é um alento”, destacou.

REABERTURA

Tão importante quanto o preenchimento das comarcas foi a reabertura dos fóruns, um ano e oito meses após o fechamento. O Judiciário baiano foi o último serviço público a ser reestabelecido após o início da pandemia e isso trouxe muitos prejuízos sociais.

Os dirigentes da Ordem defendem que, por mais que a tecnologia consiga amenizar alguns problemas, não é suficiente para solucionar todos os questões causadas pelo isolamento social. “A advocacia precisa estar no fórum. À distância, para conseguir uma conversa com o magistrado, era algo praticamente impossível. Aqui em Itapetinga mesmo, tínhamos cinco horários de cinco minutos, apenas nas segundas-feiras”, lembra Fabrício Moreira.

Apesar da vitória, em Itapetinga a advocacia foi pega de surpresa com uma reforma do fórum pouco mais de um mês depois da reabertura. A OAB do município chegou a oficiar o Tribunal.

BREVE HISTÓRICO

O trabalho da Seccional para manter o funcionamento do Judiciário se deu simultaneamente à imposição

das medidas restritivas. Quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em março de 2020, suspendeu a fluência dos prazos judiciais; a realização de sessões de audiência e julgamento; e determinou que os tribunais funcionariam exclusivamente de maneira remota, a OAB-BA passou a atuar em diversas frentes de resolução dos possíveis problemas que surgiriam.

Assim, foi implantada a Central de Alvarás Eletrônicos e ajuizada ação contra o Banco do Brasil, para garantir o pagamento dos alvarás. Ao mesmo tempo, a Seccional começou a dialogar com os tribunais sobre a forma de atendimento remoto da advocacia e jurisdicionados.

Mariana Oliveira, procuradora-geral da OAB da Bahia, conta que o retorno da fluência dos prazos nos processos eletrônicos e a realização de sessões telepresenciais, em maio de

2020, intensificou o trabalho da Procuradoria, devido à necessidade das inúmeras medidas junto ao CNJ.

“Questionamos decretos do TJBA, que permitiam a extinção do processo em caso de ausência da parte na audiência virtual, e o ato da Corregedoria do TRT-5, que atribuiu poderes ir-restritos para os magistrados apreciarem as alegações de advogados e partes sobre a capacidade de realizar audiências online”, exemplificou.

ATENDIMENTO EM 24 HORAS

Cerca de um ano após o início da pandemia, dezenas de reclamações da classe, de todo o estado, chegavam à OAB, alertando para a falta de respostas de varas, magistrados e servidores em diversas comarcas. Foi então que a Seccional pediu a instauração de correição em todo o Tribunal.

O procedimento teve resultados imediatos. A Corregedoria do Interior do TJBA determinou aos magistrados o atendimento da advocacia no prazo máximo de 24 horas da solicitação. A Corte também convocou a OAB-BA para fiscalizar o funcionamento das serventias.

O CNJ, vendo a situação dos atendimentos, editou a Resolução 397, disciplinando a implantação do Balcão Virtual e do sistema de agendamento dos atendimentos por magistrados e assessores.

NOVO PEDIDO DE PROVIDÊNCIA

Apesar dos avanços, faltava evoluir na retomada das atividades judiciais presenciais. Assim, em julho de 2021, a OAB-BA entrou com novo Pedido de Providências, solicitando, dentre outras coisas, o retorno dos prazos físicos, a ampliação do acesso da advocacia ao atendimento presencial e a retomada das sessões do

Tribunal do Júri.

Em razão desse pedido, o TJBA estabeleceu o retorno dos magistrados e servidores ao trabalho presencial; a manutenção do atendimento remoto como regra, mas com exceção aos casos que demandassem a prática do ato fisicamente; o retorno da fluência dos prazos físicos; o acesso às dependências do fórum, com agendamento e a permissão para realização de sessões de audiência presenciais. E, no dia 22 de julho de 2021, o Tribunal editou o Ato Conjunto 23, restabelecendo a possibilidade de realização de sessões presenciais do Tribunal do Júri.

QUEM PRECISA DE JUSTIÇA NÃO PODE ESPERAR

Ao longo desse tempo, a Seccional criou a campanha *Quem Precisa de Justiça Não Pode Esperar*, com a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), e atuou também para criar a Comissão Nacional de Juizados Especiais que, no triênio 2019-2021, foi presidida pela conselheira seccional e presidente da Comissão Estadual, Vanessa Lopes.

De acordo com Vanessa, com a criação da Comissão Nacional, a advocacia que milita nos Juizados Especiais ganhou a devida representatividade. “À medida que ganhamos nome, temos mais armas para lutar por aquilo que almejamos”, disse.

Entre as realizações desta gestão, no âmbito nacional, a Comissão de Juizados Especiais conseguiu a admissão do Projeto de Lei 386/2014, que insere o advogado como julgador na Turma Recursal e a publicação da Nota Técnica sobre a Lei 13.994/2020, que regulamenta as audiências não presenciais nos juizados.

A OAB também fez a estreia no



Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) e foi realizado o I Encontro dos Presidentes dos Juizados Especiais, que gerou a Carta de Compromisso, cujo principal ponto foi a busca por uniformização de procedimentos.

No âmbito estadual, foram inúmeras atuações, como a criação do canal de WhatsApp para a resolução de problemas nas sessões de julgamento; a criação da sala de espera nos Juizados Especiais; a realização de mais de 30 cursos gratuitos, com o apoio da ESA, para realização de sustentações orais virtuais; a intervenção, com a Comissão de Prerrogativas, nas causas urgentes e de inviabilidade de atendimento, além de intervenção perante a Secretaria de Tecnologia e Modernização (Setim) para emissão de certidões de indisponibilidade do sistema Projudi.

A Seccional criou, também, os pedidos de preferência virtuais para quem atua nas Turmas Recursais e, mais uma vez acionando o CNJ, garantiu a elaboração de relatórios de atendimentos de magistrados à advocacia, apresentados pelas Corregedorias do TJBA ao Conselho Nacional de Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil. ◀



Conselho Pleno da OAB-Ba se reúne em sessão ordinária

CONSELHO PLENO ESTEVE ATENTO A LUTAS DA OAB E DA SOCIEDADE

Em meio aos desafios da pandemia, conselheiros da Seccional se destacaram no triênio

As limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus criaram dificuldades em todas as áreas da sociedade para a manutenção de atividades regulares, mas isto não foi barreira suficiente para impedir intensa atuação do Conselho Pleno da OAB no triênio 2019-2021. Na cerimônia de posse, em 7 de feverei-

ro de 2019, no Hotel Fiesta (Itaigara), ninguém poderia supor que, pouco mais de um ano depois, diante da crise que se instalou em toda parte, o Conselho teria que se reinventar para seguir cumprindo seu papel.

Impedido, pelo avanço da pandemia, de realizar encontros presenciais, o Pleno recorreu às ferramen-

tas tecnológicas para seguir debatendo os temas caros à advocacia e à sociedade. Ainda no primeiro semestre do ano, na manhã da sexta-feira, 11 de junho, os conselheiros realizaram uma sessão virtual histórica, em que debateram os problemas do Judiciário baiano.

No encontro, conduzido pelo pre-

sidente, Fabrício Castro, foram discutidas medidas para enfrentar os problemas da prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça da Bahia, agravados pela pandemia. A Sessão contou com intensa participação dos conselheiros e conselheiras, que levaram diversos levantamentos já feitos junto à classe, resultando em uma série de medidas que, no seguimento do ano, foram adotadas e contribuíram para mitigar os efeitos danosos da pandemia sobre um sistema já deficitário.

Outro tópico relevante do encontro foi conduzido pelo secretário adjunto, Maurício Leahy, que fez uma apresentação das práticas de implementação de compliance e da Lei Ge-

ral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na OAB-BA, com criação do Comitê de Compliance e entrevistas com gerentes dos setores por meio de questionários específicos, com diagnósticos sobre a LGPD, além da contratação de um gerenciamento para software específico e a criação de um canal de denúncias independente e externo, junto com a capacitação dos funcionários. O tesoureiro Hermes Hilarião destacou na Sessão que as práticas de compliance contribuiriam para a saúde financeira da Ordem – o que efetivamente se verificou ao final do triênio.

DEMOCRACIA, ANTIRRACISMO E JUSTIÇA

No segundo semestre de 2020, aconteceu o lançamento de uma ação proposta e aprovada no Conselho Pleno, de grande relevância. A Agenda Democracia, Antirracismo e Justiça, projeto executado em parceria pela OAB-BA a Escola Superior da Advocacia (ESA), apresentada no dia 13 de julho, no canal do Youtube da ESA.

Proposição da conselheira seccional Daniela Portugal, a agenda integrou diversas atividades organizadas em conjunto com as Comissões da OAB-BA e demais elos que compõem o sistema da Ordem, com o intuito de fortalecer a importância do Estado Democrático de Direito, bem como as garantias fundamentais. As palestras e demais atividades, que se seguiram até o dia 7 de agosto, foram transmitidas pelos canais da OAB-BA e ESA no Youtube e Instagram.

Participaram do lançamento nomes como o vice-presidente da OAB Nacional, Luiz Viana, o presidente da OAB-BA, Fabrício Castro, a vice-presidente da OAB-BA, Ana Patrícia Dantas Leão, o secretário-geral adjunto da Seccional, Maurício Leahy,

a diretora da ESA, Thaís Bandeira, o presidente da CAAB, Luiz Coutinho, o coordenador das Comissões da OAB-BA, Adriano Batista, a conselheira federal Daniela Borges, diversos presidentes de Comissões, além do professor Samuel Vida, que fez a conferência de encerramento.

Samuel Vida destacou que a OAB-BA criou a oportunidade de inverter a máxima de Otávio Mangabeira, que diz que a Bahia é o precedente de todos os absurdos. “Pense numa ousadia e compromisso com o aprofundamento da democracia, que a OAB da Bahia tem um precedente, oferece um caminho e aponta para uma possibilidade”, comemorou.

Em 2021, no dia 15 de outubro, aconteceu o lançamento, já de forma presencial, da segunda edição da Agenda Democracia, Antirracismo e Justiça, que se estendeu até 29 de outubro, debatendo de modo interdisciplinar diversos assuntos ligados aos três pilares.

A abertura foi organizada pela Comissão de Educação Jurídica, com apoio da Comissão de Igualdade Racial, tendo como tema “Reflexões sobre o Doutor Gama”, a partir da exibição do filme Doutor Gama (com a trajetória do abolicionista Luiz Gama), na Sala de Arte do Cine Paseo Itaigara. Nos demais dias de programação, com exceção do encerramento, o evento voltou a ser realizado por meio virtual no canal da OAB-BA no Youtube.

Em meio ao cenário de incertezas, com sinais de melhora nos números da pandemia, seguidos do recrudescimento de casos e óbitos, o que voltava a retardar a retomada plena das atividades, o Conselho Pleno seguiu se adaptando aos contextos, mas sem deixar de cumprir sua missão. ◀



OAB-BA FOI A PRIMEIRA SECCIONAL DO PAÍS A TER CONTAS APROVADAS PELO CONSELHO FEDERAL

Trabalho rendeu elogios do CFOAB e afirma seriedade da OAB-BA com os recursos da classe



Hermes Hilarião, diretor tesoureiro da OAB-BA

Dentre os problemas causados pela pandemia do novo coronavírus, a OAB da Bahia enfrentou o maior índice de inadimplência da sua história. Graças ao trabalho da instituição e controle dos gastos, a queda na arrecadação não significou comprometimento da saúde financeira da instituição, que manteve o funcionamento de todos os serviços, manteve os investimentos e foi a primeira Seccional do país a ter as contas de 2019 e 2020 aprovadas pelo Conselho Federal.

De acordo com o voto da relatora, Geórgia Ferreira Martins Nunes, conselheira federal pelo Piauí responsável pela análise das contas de 2019, é notável o esforço da Diretoria na gestão financeira da Seccional. Ela ressaltou, inclusive, o atendi-

to às demandas de investimentos feito pela gestão, em resposta aos crescentes clamores de melhor aparelhamento das Subseções para atendimento da advocacia interiorana.

O tesoureiro da Seccional, Hermes Hilarião, aponta que esse resultado é fruto de um trabalho conjunto de toda a Diretoria, Subseções e Conselho Pleno. A alegria, segundo ele, é ainda maior, pois, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a Seccional não deixou de acolher a classe e cuidar da saúde financeira da instituição.

“Esse trabalho permitiu que continuássemos investindo em melhorias para a Seccional, a exemplo das obras em Eunápolis, Lauro de Freitas, Juazeiro e Cruz das Almas. Sem falar que atendemos todos os pedidos

de salas em toda a Bahia, fazendo intervenção e instalação em quase 50 salas”, destacou.

José Augusto Araújo de Noronha, tesoureiro da OAB Nacional, parabenizou a OAB da Bahia pela eficiência e destacou que o Conselho Federal tem feito um trabalho cada vez mais focado nas melhorias das análises.

“O Provimento 185/2018 veio para revolucionar e melhorar todos os índices de análises e integridade dos sistemas. Ele é tido como a Lei de Responsabilidade Fiscal da OAB”, comparou.

Publicado em 2018, o Provimento Nº 185 dispõe sobre regras de gestão no Sistema OAB, incluindo-se a aderência aos fundamentos de responsabilidade fiscal, desenvolvimento do capital humano, tecnologia da informação e transparência. ◀

OAB NA DEFESA DA ADVOCACIA E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Seccional da Bahia não se furtou do seu papel de defender a classe e exercer com dedicação e ética as atribuições a ela delegadas

São muitos os problemas vivenciados pela advocacia baiana, sobretudo por conta do sucateamento da Justiça no estado. Esses são sentidos diariamente com a falta de magistrados e servidores e desrespeito às prerrogativas profissionais.

A crise do Judiciário se agravou com o advento da pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020. Nesse cenário, a OAB da Bahia não se furtou do seu papel de defender a classe e exercer com dedicação e ética as atribuições a ela delegadas.

Desde então, a instituição tem se reinventado e, graças a essa capacidade de adaptação, alcançou inúmeras conquistas que amenizaram o impacto da pandemia e garantiram melhores condições de trabalho aos advogados e advogadas.

CENTRAL DE ALVARÁS

Na pandemia, a Seccional criou a Central de Alvarás, que agilizou o pagamento de alvarás, precatórios e RPVs. Lançou, ainda, as campanhas *Celeridade no Recebimento dos Honorários* e *Quem Precisa de Justiça Não Pode Esperar*, inclusive com uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia.

BALCÃO VIRTUAL DO TJBA

Provocado pela Seccional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez uma correição para verificar os problemas estruturais de atendimento e demora da prestação jurisdicional

no nosso estado. Após esse trabalho, o Tribunal implantou a Central de Agendamento e o Balcão Virtual.

FIQUE EM DIA

O *Fique em Dia* é um programa de regularização financeira que oferece descontos, abatimento de juros e facilidades que permitem aos advogados e advogadas ficarem quites com a Ordem e, com isso, usufruírem de todos os benefícios previstos.

ANUIDADE ZERO

A gestão lançou o *Programa Anuidade Zero*, onde a classe acumula pontos em compras realizadas em estabelecimentos conveniados que são convertidos em descontos na anuidade.

APOIO AOS ESCRITÓRIOS

A Seccional também firmou convênios com o Banco do Nordeste e o Sicoob, que garantiram empréstimos com juros abaixo do mercado para a advocacia. Foi graças a essa iniciativa que muitos escritórios conseguiram manter o funcionamento no momento mais crítico.

CONGRESSOS

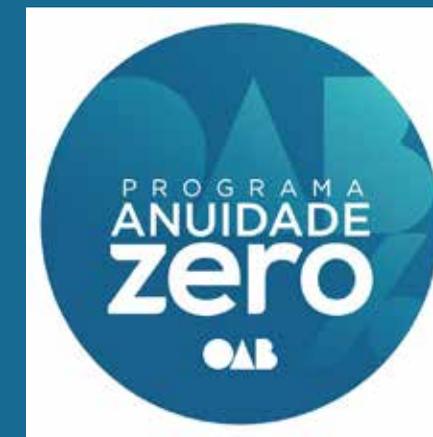
Os congressos virtuais, também gratuitos, como as duas edições do Congresso Online da Jovem Advocacia, o Plano de Valorização da Advocacia Associada, a 3ª Conferência da Mulher Advogada e o Congresso Estadual da Advocacia Baiana 2021 reuniram mais de 30 mil inscritos, que tiveram a oportunidade de acompanhar debates com algumas das principais autoridades do universo jurídico da atualidade.

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

A OAB da Bahia também desenvolveu um programa de capacitação para valorizar seus servidores e aprimorar o atendimento à advocacia. Os cursos promoveram a troca de experiências e conhecimento, integrando muito mais os funcionários das Subseções e da Seccional. ◀

PROGRAMA ANUIDADE ZERO AMPLIA VANTAGENS PARA A CLASSE

Com milhares de inscritos, PAZ converte força da advocacia em benefícios para os profissionais



A gestão lançou o Programa Anuidade Zero (PAZ), no qual a classe acumula pontos em compras realizadas em estabelecimentos conveniados, e que são convertidos em descontos na anuidade. O programa, que já funciona em algumas Seccionais, vem sendo estendido por todo o país e funciona como um serviço de pagamento com bonificação. Os participantes acumulam pontos nas compras realizadas em estabelecimentos conveniados e, no final de cada ano, os pontos acumulados são convertidos em descontos na anuidade.

A Seccional criou uma grande ferramenta para beneficiar a advocacia, com o aumento dos convênios e descontos em compras e, conseqüentemente, redução da inadimplência – ou seja: todos ganham.

COMO ADERIR

Advogados interessados em aderir ao programa podem fazer a inscrição de forma online

(www.anuidadezero.oab.org.br), com apresentação do CPF, data de nascimento e número do Cadastro Nacional do Advogado (CNA), escrito na tela como “código de segurança”, que fica na carteira da OAB. A conversão de pontos será apresentada na página de parceiros, podendo variar de estabelecimento para estabelecimento, sendo possível ser feita em compras no espaço virtual e em lojas físicas.

Nas compras presenciais, é importante que os advogados lembrem de solicitar ao lojista a máquina da Cielo com o aplicativo do Anuidade Zero instalado. Só por esse dispositivo é possível fazer a chamada operação bipartida, que distribui os valores entre o parceiro e a OAB e, automaticamente, computa os pontos do profissional cadastrado.

CONFIRA A LISTA DE EMPRESAS PARCEIRAS:

<https://anuidadezero.oab.org.br/parceiros.html>



A partir da esquerda, Maurício Leahy, Luiz Coutinho, Ana Patrícia, Fabrício Castro, Luiz Viana Quero, Hermes Hilarião e Thaís Bandeira, na abertura da Conferência Estadual da Advocacia Baiana 2021

PELA PRIMEIRA VEZ, CONFERÊNCIA CONTOU COM PARIDADE DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DE JURISTA INTERNACIONAL

Palestra de Raúl Zaffaroni foi acompanhada on-line por mais de 17 mil espectadores

Maior evento on-line da história da OAB da Bahia, a Conferência da Advocacia Baiana 2021 debateu durante três dias o tema “Advocacia, Democracia e Igualdade”. Com inscrições gratuitas, o evento teve recorde de participação e a abertura foi acompanhada por mais de 17 mil advogados, advogadas e estudantes de Direito.

As conferências magnas de abertura ficaram por conta do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, e do jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, dois dos principais nomes do Direito do nosso continente. Zaffaroni marcou também a estreia de palestrantes internacionais no evento da OAB-BA.

Outro ineditismo foi a paridade de gênero entre os palestrantes. Fabrício Castro destacou que esse feito em especial foi mais um passo da gestão no sentido da valorização da mulher. “Mudamos a realidade da participação feminina na

OAB e hoje elas têm evidente protagonismo”, disse.

Ao todo, foram 250 palestrantes distribuídos em 70 painéis que debateram, dentre outros assuntos, o sistema eleitoral e político da OAB; as prerrogativas da advocacia; a advocacia perante o Estado Democrático de Direito; o direito internacional; a liberdade de expressão e as fake news e os desafios do Poder Judiciário e seus agravamentos durante a pandemia.

Responsável pela organização da Conferência, o diretor Hermes Hilarião lembrou do apoio para construir um projeto grandioso e que tanto enriqueceu o debate a respeito de questões fundamentais para a advocacia. “Fomentamos ali o que há de mais vivo na advocacia: o debate, a troca de informação e a incansável busca por uma Justiça eficiente e uma democracia mais ampla e verdadeiramente participativa”. ◀



Palestra de Luiz Viana na abertura do IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste

EVENTOS JURÍDICOS DA OAB-BA SE DESTACAM NO PAÍS

Covid não impediu a Seccional de reunir grande número de participantes em encontros de alto nível

A tradição da OAB-BA de realizar eventos jurídicos de alto nível e com participação expressiva da classe se manteve no triênio 2019-2021, mesmo com a crise causada pela pandemia de covid-19. O início foi promissor, com a realização, em agosto de 2019, do IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste.

Realizado durante dois dias pelo Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA) da OAB-BA, o evento no Hotel Fiesta (Itaigara) registrou números grandiosos: mais de quatro mil inscritos, entre advogados, advogadas e estudantes de Direito de diversos estados, com 80 palestrantes, expositores, dezenas de debates e uma feira de empreendedorismo jurídico.

No ano seguinte veio a pandemia e com ela as dúvidas

sobre a viabilidade para a realização dos eventos jurídicos, diante do severo isolamento social imposto. Mas os dirigentes da OAB-BA pouco a pouco foram estabelecendo formas de retomada das ações da Seccional e, com as possibilidades que surgiram por meio do uso da tecnologia, os encontros começaram a ser retomados.

Novamente, a jovem advocacia mostrou força. No dia 21 de maio de 2020, o I Congresso Online da Jovem Advocacia Baiana foi aberto, com cerca de 2.200 inscritos. Promovido pela OAB Jovem da Bahia, o evento debateu os principais desafios da classe diante do avanço da covid.

Transmitido pelo YouTube e pela plataforma Zoom, foi considerado o maior congresso virtual da jovem advocacia durante a pandemia. A abertura chegou a reunir



III Conferência Estadual da Mulher Advogada da OAB-BA

mais de 600 pessoas online simultaneamente. As inscrições foram gratuitas.

Na sequência, no mês de agosto, a Ordem realizou, entre os dias 26 e 28, o I Congresso Online da Advocacia Baiana, com recorde de acessos, painéis – chegando a três simultâneos – e de palestrantes (157).

Em 2021, no dia 28 de abril foi aberta a 3ª Conferência Estadual da Mulher Advogada. O objetivo foi discutir os desafios da mulher advogada, agravados pela pandemia.

NOVO RECORDE

Em maio de 2021, entre os dias 26 e 28, o II Congresso Online da Jovem Advocacia Baiana quebrou todos os recordes do ano anterior. Já em formato híbrido, com painéis virtuais e presenciais, realizados no estúdio da Jusbrasil, o encontro contou com mais de cinco mil inscritos, quase dois mil a mais que na primeira edição, tornando-se o maior congresso virtual da história da jovem advocacia.

O encontro teve um dos pontos altos na aula magna, proferida pela ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Alves Miranda Arantes. Com emocionado testemunho sobre a trajetória profissional, a magistrada contou que iniciou a vida como trabalhadora doméstica, e que passou por vários desafios até se firmar na carreira jurídica. Mais

um exemplo de como é possível crescer na dificuldade.

CONFERÊNCIA E AÇÕES CONCRETAS

Com mais de 150 palestrantes, a 3ª Conferência Estadual da Mulher Advogada foi realizada entre 28 e 30 de abril de 2021, com o tema “Igualdade, identidade e protagonismo coletivo”. Importantes nomes se uniram para discutir os desafios da mulher advogada, agravados pela pandemia. A conferência se tornou o evento jurídico com maior participação feminina na história OAB-BA.

A abertura foi transmitida ao vivo pelo YouTube, quando o presidente da OAB-BA, Fabrício Castro, iniciou as atividades destacando a grandiosidade da conferência. Para ele, “a Bahia avançou muito na questão da mulher advogada”. E ele tem base para a afirmação, uma vez que a OAB-BA nos últimos nove anos conquistou importantes vitórias para a ampliação e garantia dos direitos da mulher advogada. Alguns exemplos são leis voltadas às prerrogativas femininas, como a Lei Júlia Matos, que garantiu os direitos da advogada gestante, lactante, adotante ou que deu à luz.

Destaque, ainda, para ações complementares, a exemplo das cotas que asseguram direitos a advogadas negras, por exemplo, visando à correção de distorções históricas no cenário social brasileiro. ◀



Daniela Borges, presidente eleita da OAB-BA para o triênio 2022-2024

“O NOSSO PROPÓSITO É UNIR A ADVOCACIA”

Primeira mulher eleita presidente da OAB-BA aponta os principais desafios da sua gestão

Daniela Borges, primeira mulher eleita para presidir a Seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), diz que é movida por desafios. Nos próximos três anos, ela terá alguns pela frente, temas desta entrevista. Natural de Itapetinga, no sertão baiano, onde viveu até os 15 anos, ela revela planos para fortalecer ainda mais a profissão no interior do estado, tratando também de temas como jovem advocacia, participação feminina, combate às desigualdades de gênero e comissões da Ordem. Daniela trata, ainda, de lutas cruciais, a exemplo de melhorar a prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça da Bahia e garantir o respeito às prerrogativas de advogadas e advogados. Ela também destaca o papel da OAB no combate ao autoritarismo e assegura: “A advocacia é essencial no Estado Democrático de Direito e a OAB tem um papel muito forte nisso”. Confira.

Na sua avaliação, quais são os principais desafios e prioridades desta nova gestão à frente da OAB-BA?

O maior desafio que a advocacia baiana enfrenta, hoje, é a crise do Judiciário estadual, com morosidade e falta de efetividade. Ao longo desses três anos iremos trabalhar na busca de um Judiciário que, de fato, nos traga uma efetividade na prestação jurisdicional, e esperamos poder construir isso com o próprio Tribunal, pois essa luta interessa não apenas à advocacia, mas ao Judiciário e, sobretudo, à sociedade. Às vezes a decisão demora tanto que ela resta ineficaz. Ou seja, deixa de ser justiça. É o nosso principal foco de trabalho.

E disso decorrem outras demandas...

Sim, há outras perspectivas relacionadas a isso, que dizem respeito ao dia a dia da advogada e do advogado no exercício da profissão, que são as prerrogativas da advocacia – garantias para o exercício pleno da profissão. Essa é uma luta em defesa da própria advocacia, do próprio direito de advogar de forma plena. E também a remuneração digna, porque remuneração é a vida da advocacia. Temos visto

magistrados que fixam honorários abaixo dos parâmetros legais, em relação a alvarás, precatórios. Atuaremos em todas essas frentes, buscando uma remuneração digna.

Olhando para as ações ao longo do mandato, o que você destaca a ser feito para melhorar a atuação dos advogados no dia a dia mesmo, na prática diária do direito?

Primeiro, trabalhar pela nomeação de magistrados, servidores e oficiais de justiça. Falta estrutura no Tribunal, há muitas varas sem magistrados, questão que impacta no nosso dia a dia. Um outro ponto é a dificuldade de atendimento. É prerrogativa da advocacia despachar com o magistrado e não conseguimos ter de forma plena esse direito assegurado. Agiremos firmes porque o Tribunal determina que os magistrados despachem e atendam os advogados, o desafio é a efetividade. Faremos um monitoramento dos agendamentos e dos atendimentos para a identificação rápida dos magistrados que não estão atendendo a advocacia e agiremos rápido para garantir essa prerrogativa plena. No tocante à remuneração, criaremos a Central dos Alvarás para dar retorno célere quando houver problemas com pagamentos. Queremos também aumentar a atuação contra honorários fixados abaixo dos parâmetros do Código de Processo Civil (CPC) para a OAB atuar como *amicus curiae*. E, ainda, ampliar o alcance da Procuradoria de Prerrogativas. Faremos um ranqueamento, a partir do monitoramento das autoridades que violam prerrogativas e isso terá desdobramentos. Pretendemos, primeiramente, fazer com que essas autoridades mudem, porque nosso objetivo é que as prerrogativas sejam respeitadas. Mas, em último caso, que sejam punidas, que tenham as responsabilizações.

E será possível, por outro lado, perceber também quais as autoridades que vêm respeitando as prerrogativas...

Sim, sem dúvida o ranking também permitirá vermos isso. Esses já são alguns aspectos que impactam no dia a dia da advocacia. Já temos o projeto Meu Escritório, no bairro do



Comércio, em Salvador, uma estrutura com salas de atendimento, de trabalho e de reunião. Com a pandemia, muitos advogados tiveram dificuldades econômicas e fecharam escritórios, então essa estrutura é para a classe e pretendemos ampliar, levando também para o interior, onde já temos um projeto de salas de audiências virtuais e sustentações orais. É um apoio importante, face aos desafios decorrentes da pandemia, para a manutenção de escritórios e todos os custos que decorrem de uma estrutura física.

Com o avanço da vacinação e a perspectiva de retomada após a fase mais aguda da pandemia, você acredita que haverá um “novo normal” para a advocacia?

Algumas coisas que vieram, sem dúvida, permanecerão. Mas, precisamos fazer os ajustes decorrentes da necessidade de garantir sempre a ampla defesa, o contraditório, o acesso à Justiça e as condições para a advocacia exercer plenamente a profissão. Audiências virtuais, eu acredito que continuaremos a tê-las, mas elas não podem ser obrigatórias. Pode ser que uma audiência virtual não esteja de acordo com a ampla defesa e o contraditório, por isso é muito importante que, nos próximos três anos, a gente faça esse burilamento, de separar o joio do trigo. A audiência virtual pode continuar, mas não pode ser obrigatória, tem que ser de comum acordo entre as partes, não pode ser imposta pelo magistrado. E é muito importante que a advocacia não seja silenciada, porque esses programas para reuniões virtuais permitem que o anfitrião silencie o advogado. Já em uma audiência presencial, sempre podemos nos manifestar. Outro exemplo é a sustentação oral feita virtualmente, que aumenta o acesso à Justiça: o advogado no interior pode sustentar em um processo na capital sem custos para o cliente dele, de maneira mais fá-

cil. Porém, existem processos em que o cliente e o próprio advogado podem querer fazer a sustentação presencial. As sessões virtuais podem e devem continuar, desde que não sejam obrigatórias. Tramita no TJ uma proposta para termos julgamentos virtuais e presenciais, e que o advogado possa optar. É importante refletir e discutir o assunto com a advocacia, tribunais e magistratura. Mas em relação a esse novo que veio, se fica ou não fica, o nosso norte é: tudo que garanta ampla defesa, contraditório, acesso à Justiça e que não implica em violação das prerrogativas nem piora as condições da advocacia pode continuar. E o que não permite isso não pode permanecer.

Qual o seu sentimento e esperança para efetivamente conseguir resolver o problema da ineficiência do Judiciário, que se tornou crônico na Bahia, com o consequente desrespeito às prerrogativas da advocacia?

Atuaremos no caso concreto, ao lado da advogada e do advogado que enfrentam problemas. Mas, também iremos adotar medidas macro, para evitar que aquele problema em que a gente precisa atuar nos casos individuais se repita. É preciso agir individualmente, no caso do colega que teve a prerrogativa violada, mas, ao mesmo tempo, monitorar. O monitoramento pode mostrar não se tratar de um caso individual, mas um problema sistemático: aí agimos. Temos o compromisso para esses próximos três anos de mudar as estruturas, mudar a cultura, além, claro, de estarmos ao lado da advocacia. Com isso, conseguiremos atuar no caso individual, mas poderemos agir, também, para mudar esse todo, chegando com dados para mostrar: olha, essa aqui é a realidade, é o cenário, não só esse ou aquele advogado, mas centenas, milhares de casos, a depender da situação.

E isso no contexto da crise do Judiciário...

O Tribunal tem problemas mesmo, de servidores, de infraestrutura, mas existem dados que não correspondem a essa realidade. O Tribunal, de uma certa maneira, se resguarda em um conforto que não é verdadeiro. Quando analisamos o relatório Justiça em Números, com dados de todo o país, o Tribunal de Justiça da Bahia tem 100% de produtividade, mais do que a média nacional, e isso não é a realidade! Então, é confortável, entre aspas, porque estão tapando o sol com a peneira. Dizem “nós temos produtividade”, mas essa produtividade não é real...

E por que isso acontece?

Porque os sistemas de monitoramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das Corregedorias só avaliam as movimentações, sem analisar o teor das decisões dessas movimentações. Importante deixar claro que não estou dizendo que são todos os magistrados; existem magistrados bem sérios e que trabalham muito. Mas há magistra-

dos que, dentro desse sistema que não avalia o teor das decisões, fazem movimentações para gerar números que não correspondem à efetividade na prestação jurisdicional. Para o enfrentamento dessa falta de eficiência, nosso primeiro desafio é contrapor esses dados sobre a prestação jurisdicional efetiva – ou a ausência dela. Quem deveria estar com os dados reais é o próprio Tribunal, só que ele e o CNJ trabalham com dados que não correspondem à real falta de efetividade da prestação jurisdicional. Então, nós iremos fazer esse trabalho. Claro que, primeiro, buscando construir com o próprio Tribunal a mudança disso. Temos aí um novo presidente do TJ que vem da advocacia. Sabemos da competência e do compromisso dele com a qualidade de um trabalho sério e temos a expectativa de contribuir para a melhoria do serviço prestado no Tribunal. Entendemos, inclusive, que esse é o propósito do próprio Tribunal. Qual a razão de ser do Tribunal de Justiça? Prestar um serviço jurisdicional de qualidade. Eu sempre digo que os nossos interesses não são opostos: a luta da advocacia é por um Tribunal que preste um serviço de qualidade e a luta do Tribunal, em princípio, também deve ser por isso. A gente acredita que é possível dialogar e construir. Mas, sem dúvida, o CNJ também é uma instância. E a gente acredita e espera encontrar uma compreensão de que esse é um tema também de interesse de toda a sociedade baiana. Porque quando um processo demora, 10, 15, 20 anos para ser julgado, isso afeta, sobretudo, o cidadão, a cidadã que entraram com uma ação na Justiça.

Em 2021, a OAB-BA foi recordista nacional de desagravos. O que isso sinaliza?

O primeiro ponto é perceber que, quando a prerrogativa é violada, a OAB tem que adotar as medidas, e que os desagravos aconteceram de forma célere e com desdobramentos. Várias ações foram ajuizadas e, também, representações, como consequências desses desagravos. O que para mim se destaca na OAB da Bahia são os números de desagravos e de desdobramentos desses desagravos. Representações contra autoridades são necessárias, porque é crime violar prerrogativa. Muitas vezes o advogado pensa que é só o desagravo, mas são esses desagravos julgados de maneira rápida, servindo de exemplo no Brasil, e os desdobramentos, com a atuação da Procuradoria Jurídica da OAB. Temos também um projeto de criação de núcleos especializados na Procuradoria, gerando condições

para sermos mais eficientes no trabalho específico.

A sua história está ligada com a advocacia no interior do estado, com participação na construção de sedes e salas e outras ações importantes. De que forma esta gestão atuará para fortalecer a profissão no interior?

A OAB da Bahia, ela é “da Bahia”. Então, é bem importante esse processo, que começa lá atrás com Luiz Viana Queiroz, segue com Fabrício Castro e nós pretendemos seguir fortalecendo ainda mais, chegando junto da advogada e do advogado do interior. Porque eles enfrentam dificuldades sérias, principalmente nesse aspecto da crise do Judiciário, e terminamos tendo também problemas graves de violações de prerrogativas. É muito importante chegar junto e temos o compromisso de fortalecer ainda mais o nosso trabalho no interior, inclusive com a descentralização da Procuradoria de Prerrogativas, deixando-a mais perto dos colegas nas cidades e regiões. Também com formação, Caixa de Assistência... A minha família é de Itapetinga, minhas raízes, meu pai, meu avô, a cidade onde morei até os 15 anos e minha família ainda vive lá. Eu sei,

por todas essas experiências, da importância que a OAB desempenha no interior e eu comecei minha história na Ordem, inclusive, coordenando o projeto que envolvia a construção e reforma de sedes no interior. E a gente não podia fazer tudo de uma vez só; então, criamos um programa com critérios e objetivos para estabelecer

prioridades. Naquele primeiro triênio, nem todas as reformas e sedes novas puderam ser feitas, mas, ao longo das duas gestões de Luiz Viana e essa de Fabrício, foram 31 intervenções – e temos 36 Subseções. Ou seja, mostrando esse compromisso, que segue se consolidando e avançando. A gente tem, ainda, desafios de salas no interior, de sedes, de reformas, criação de Subseção. Porque quanto mais perto a gente está dos advogados, mais a gente fortalece a advocacia daquela região.

E é um ponto também diretamente ligado com a questão das comarcas...

Sim, a OAB já conseguiu impedir a extinção de comarcas no interior, mas, infelizmente, o Tribunal, diante dos seus desafios, em vez de pensar em um processo de melhorar sua estrutura, vai para a extinção de comarcas – olha que coisa... Hoje temos comarcas em que um cidadão é obrigado a viajar 200 km para uma audiência. Chega lá, o que acontece? A audiência é desmarcada, daí ele

“Tudo que garanta ampla defesa, contraditório, acesso à Justiça, e que não implica em violação das prerrogativas nem piora as condições da advocacia pode continuar. E o que não permite isso não pode permanecer.”

volta para casa. É um dia de trabalho perdido, é dinheiro gasto. Aí marcam outra audiência, ele viaja mais 200 km e muitas vezes o que acontece de novo? Audiência desmarcada. São vários casos assim. E esse cidadão, muitas vezes desiste da ação. Podem dizer que com audiência virtual resolveria. Mais ou menos, porque a gente vive em um país com grande desigualdade social e esse cidadão é muitas vezes o que não tem internet, não tem estrutura, não tem conhecimento para poder participar remotamente da audiência. E voltamos ao que já dissemos: a falta de estrutura não pode fazer o Judiciário se desconectar do seu propósito, que é fazer justiça, sobretudo para os cidadãos e cidadãs que mais precisam. Quando a Justiça vai se fechando, quem mais é prejudicado é quem menos tem.

A sua chegada à presidência da OAB da Bahia ocorre dentro de um contexto institucional de luta pela valorização da mulher advogada muito forte, no qual você tem sido uma das protagonistas. O que isso representa hoje?

Para mim, o ponto mais importante é isto ter vindo como a construção de um grupo e também de uma luta protagonizada por mulheres, mas

com homens aliados. O fato de eu chegar à presidência da OAB-BA, junto com Christianne Gurgel na vice-presidência, por si só já é histórico, um marco. É a primeira vez na Bahia que a Seccional será presidida por uma mulher, e a primeira vez no Brasil que uma Seccional será dirigida por duas mulheres. É o resultado dessa caminhada, mas não apenas minha e de Christianne. As nossas trajetórias pessoais nos conduziram até este momento, mas isso deve ser somado às trajetórias de muitas mulheres protagonistas desta busca por mais presença feminina nos espaços, e também de homens aliados. Isso torna essa conquista ainda mais histórica: não chego eu, chegamos muitas. Chegamos também como a afirmação do valor de um grupo que vem construindo isso na prática, trazendo para a realidade este compromisso.

Estou percebendo que você está querendo ressaltar uma perspectiva de união e não de “guerra dos sexos”...

Exato. Porque não se trata de homens contra mulheres, são homens e mulheres buscando uma sociedade mais justa, mais igualitária. Agora, é óbvio que nessa luta as mulheres são protagonistas porque nós sabemos dos desafios a mais que enfrentamos. Mas só mudaremos essa realidade se essa luta for de todos e todas. Por isso a importância dos homens aliados nessa caminhada. É assim que a gente trans-

forma as coisas, quando percebermos que todos, ainda que alguns não vivam aquelas dificuldades, se aliam na necessidade de mudar, para que aquelas pessoas não tenham mais os mesmos obstáculos. Os problemas enfrentados pelas mulheres advogadas no dia a dia tendem a ser ainda maiores que os dos colegas homens, por conta do machismo ainda presente na sociedade.

O que podemos esperar em relação à defesa das prerrogativas das mulheres advogadas com você e sua vice à frente da Seccional?

Dentro da proposta da criação de núcleos especializados da Procuradoria, pensamos em termos um voltado para as prerrogativas da mulher advogada. O artigo 7º-A do Estatuto da Advocacia foi incluído justamente para trazer prerrogativas da mulher advogada, pensando em conciliar advocacia e maternidade, muitas mulheres desistem de advogar quando decidem ser mães. Nem toda mulher vai escolher ser mãe, mas quando ela escolhe ser mãe e continuar no exercício da profissão é preciso que haja condições para que ela possa conciliar isso. Advogadas vivem em uma situação-limite, quase como se fosse aquela frase: “Ah, você quis ser mãe e trabalhar, agora aguente!” E, na verdade, não é isso. As mulheres têm que ter condições para que possam viver a maternidade e também trabalhar, sem precisar se matar para dar conta. O artigo 7º-A ainda é tímido, mas já traz algumas

prerrogativas, como preferência em sustentação oral em audiências, mas que ainda nem sempre é cumprida. O trabalho da Procuradoria é fortalecer essas prerrogativas, como a que determina a suspensão dos prazos processuais por 30 dias, contados do parto ou da adoção. A advocacia é uma profissão liberal, existem advogadas empregadas e aí irão ter a licença-maternidade da CLT, mas a advogada como profissional liberal muitas vezes não tem o empregador, e aí vem o Estatuto e reconhece: como a mulher irá cumprir prazos com um bebê? Só que essa prerrogativa ainda é tímida, 30 dias é pouco. Além disso, existem outros desafios, por exemplo, uma das prerrogativas da advocacia é adentrar livremente fóruns e tribunais. Teve um caso no interior do Rio de Janeiro em que uma juíza determinou o tamanho da saia da advogada e colocou uma pessoa para medir: a advogada chega para uma audiência com um cliente e não pode entrar por causa do tamanho da saia, olha o constrangimento. Então, trata-se da violação de uma prerrogativa geral, mas em uma perspectiva de gênero. E há, ainda, questões como assédio e remuneração; mulhe-

res que vão exercer o mesmo trabalho e muitas vezes ganhar menos que os homens. O que se vê na sociedade em consequência da desigualdade de gênero se reproduz também na advocacia. Somos duas mulheres dirigindo a OAB na Bahia, eu sendo a primeira presidente mulher, mas junto com o cargo vem a responsabilidade de ser agente de transformação.

Você é considerada “madrinha da jovem advocacia baiana”, pelo apoio que deu para a criação do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia. Como a OAB da Bahia deverá abraçar a jovem advocacia nos próximos três anos?

O jovem advogado e a jovem advogada começam na profissão cheios de ânimo e esperanças, mas encontram vários obstáculos – começar é difícil. Eu me lembro do meu início, não tinha ninguém na minha família da área jurídica, o quanto começar foi difícil. Eu fiquei primeiro como advogada associada, trabalhava dez, doze horas por dia, depois fui tentar meu escritório. E a gente pensa assim: “Como é que eu vou alugar uma sala se eu não tenho cliente para poder receber e pagar o aluguel?” Então, a OAB-BA já tem um trabalho muito importante feito com a jovem advocacia e a gente irá fortalecer ainda mais, chegando junto dos advogados jovens nos diferentes caminhos que podem seguir. Alguns podem querer ser empregados, um advogado associado, querer montar o próprio escritório... Para o advogado empregado, além de cursos e de um programa de “6º ano” – porque ele se forma, mas ainda tem muitas dúvidas, primeiras sustentações orais, audiências –, é importante ter uma capacitação e apoio para esses momentos iniciais. E isso vale para qualquer jovem advogado. Mas, no caso dos empregados, a gente sabe que o maior desafio hoje é a aprovação do piso salarial. A OAB da Bahia construiu esse piso por meio de audiências públicas, encaminhou o projeto ao governador, que ainda não apresentou na Assembleia. O advogado associado já é uma outra realidade. A gente aprovou nesse triênio o Plano do Advogado Associado e vai atuar para que seja implementado. E para o advogado que quer montar o próprio escritório a gente tem a incubadora jurídica para dar suporte em relação a todas as dúvidas sobre questões contábeis, contratuais, tributação, contrato de honorários, publicidade. Pretendemos fazer um centro integrado próprio para os jovens advogados, em que eles possam estar atendendo clientes, se reunindo, eles próprios trocando experiências, estabelecendo network...

Como você avalia a questão dos cursos de direito, com a proliferação de faculdades, nem sempre com a qualidade desejável e colocando um grande número de profissionais no mercado, muitos com formação deficitária?

Eu também sou professora, ensino na Universidade Federal da Bahia, na Faculdade Baiana de Direito, e sem dúvi-



da a educação e o conhecimento são decisivos no fortalecimento de qualquer profissional, em qualquer área jurídica. Temos assistido no país, nos últimos anos, uma política de falta de cuidado, na minha avaliação, por parte do Ministério da Educação, do ponto de vista da autorização e reconhecimento de cursos. A OAB tem uma participação nesse processo porque dá um parecer, tanto na autorização quanto no reconhecimento dos cursos. Várias vezes esses pareceres são desfavoráveis, mas são opinativos, sem poder de veto. Infelizmente, a OAB dá pareceres desfavoráveis, e, mesmo assim, os cursos são autorizados, reconhecidos e depois têm também o funcionamento renovado. É uma pena porque traz um prejuízo generalizado na formação dos profissionais e também um desdobramento no Exame de Ordem, tornando-o ainda mais importante. Porque o grande interessado no Exame de Ordem não é a OAB, são os cidadãos, para que tenham a garantia de que quando contratam um advogado aquela pessoa tenha habilidade e conhecimento para exercer a profissão. Agora, a OAB no Brasil todo – e a Bahia é destaque – tem investido muito em cursos e em formação. A gente tem proposta de ampliar a pós-graduação e a oferta de cursos para atualização, identificação, inclusive, de novas áreas de atuação da advocacia. Nessa gestão foram 170 mil matrículas, mostrando como a gente tem condições de fazer um trabalho e ainda ampliar. O que em um primeiro momento foi adversidade na pandemia mostrou que a OAB da Bahia já estava pronta, com toda a estrutura online, e aí foi esse “boom”.

Qual o planejamento elaborado para fortalecimento das comissões da Ordem?

As comissões são os braços da OAB, que se multiplicam, e ela termina podendo fazer muito com a atuação dessas



comissões, que são órgãos que assessoram a diretoria. Temos comissões em vários temas, várias áreas, que dialogam com a sociedade civil. É um trabalho bem importante. A gente falou bastante da atuação da OAB no fortalecimento da advocacia, mas também temos como missão a defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, o compromisso de nossa instituição é garantido por muitas comissões atuando na defesa dos direitos fundamentais.

Quais as perspectivas do trabalho da nova gestão em relação ao alinhamento com o Conselho Federal da OAB e as outras Seccionais, em relação a bandeiras nacionais dos advogados e pontos como a defesa de ataques ao Estado Democrático de Direito?

A OAB da Bahia já tem uma tradição, o legado de sempre atuar na defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, de uma forma independente e muito firme. Não há democracia sem a gente pensar na garantia dos direitos fundamentais e a garantia dos direitos fundamentais é um pressuposto para a democracia. São coisas umbilicalmente relacionadas. E no Estado Democrático de Direito os que exercem o poder o fazem de forma limitada pelo Direito. Porque a História mostra que aqueles que exercem o poder tendem a abusar no exercício desse poder. Por isso a importância disso, tendo como limite máximo e último a Constituição. E quando um direito é violado, quem sai em defesa de quem sofreu a violação? Justamente a advocacia. Por isso que advogadas e advogados são tão importantes e a advocacia é essencial no Estado Democrático de Direito. A OAB tem um papel muito forte nisso.

Em 2022, a Seccional completará 90 anos de lutas na Bahia e você estará ocupando, nesse marco histórico, a presidência da instituição. Quais as expectativas para este momento?

As melhores possíveis. Os desafios são muitos, mas os desafios me movem, sempre me moveram. E na verdade nos movem, porque somos um grupo de homens e mulheres comprometidos com a advocacia e com muita capacidade de trabalho. Eu olho para esses desafios, olho para o lado e vejo homens e mulheres, advogados e advogadas que caminharão juntos conosco nos próximos três anos. O nosso propósito é unir a advocacia, de chamar a advocacia para vir conosco na construção desses próximos três anos para que a gente supere os desafios e termine o período com uma realidade melhor, um dia a dia melhor para a advogada e o advogado. Também podendo contribuir para a nossa sociedade, do ponto de vista da nossa Constituição e do Estado Democrático de Direito.

Teremos festa?

Ah, com certeza (risos). ◀

A NOVA DIRETORIA



A partir da esquerda: Hermes Hilarião, diretor-tesoureiro, Esmeralda Oliveira, secretária-geral, Daniela Borges, presidente, Christianne Gurgel, vice-presidente, e Ubirajara Ávila, secretário-geral adjunto da OAB-BA

Christianne Gurgel

vice-presidente

Mestra em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). É a atual vice-presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB-BA. Já integrou o Conselho Pleno e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Seccional.

Esmeralda Oliveira

secretária-geral

Especialista em Direito Civil, desde 1998 vem prestando serviços à Ordem dos Advogados como integrante de diferentes comissões e do Conselho Pleno. Ao longo desses anos, foi membro da Comissão de Precatórios, da Comissão de Seleção, Coordenadora Geral das Comissões Permanentes, dentre outras.

Hermes Hilarião

tesoureiro

Especialista em Direito Eleitoral e Direito Público, Hermes é um dos fundadores do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA) e presidiu o órgão entre os anos de 2016 a 2018. Em 2019, ingressou na Diretoria da OAB da Bahia, na função de diretor tesoureiro e agora vai para o segundo mandato.

Ubirajara Ávila

secretário-geral adjunto

Conselheiro federal no triênio 2019-2021 e presidente da Subseção de Vitória da Conquista entre os anos de 2015 e 2018, Ubirajara presidiu também as Comissões Estaduais de Advogados Dativos e de Direitos Difusos e Coletivos. Agora integra a Diretoria Seccional na função de secretário-geral adjunto.



AMPLIAÇÃO DO TED IMPULSIONA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E BENEFICIA ADVOCACIA BAIANA

A OAB da Bahia aumentou o número de turmas julgadoras do Tribunal de Ética e Disciplina, e criou a Defensoria Dativa, dentre outras ações

Ser exemplo para a advocacia e demais instituições que compõem o arcabouço Judiciário. Esse foi o motivo que levou a Seccional da Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil a empreender uma grande transformação no seu Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e nas ferramentas de fiscalização do exercício profissional durante o triênio 2019-2021.

Ao longo desse tempo, a Seccional aumentou de cinco para nove o número de turmas julgadoras do Tribunal, atribuiu ao TED o papel de instruir e julgar os processos ético-disciplinares, criou a Defensoria Dativa, o Órgão Consultivo e promoveu o Mutirão de Admissibilidade, a primeira correção dos processos disciplinares da história da OAB-BA, den-

tre outras medidas para agilizar o andamento das ações e instruir a classe em relação à ética na profissional.

Ao assumir a gestão, a Diretoria viu que o fato de os processos tramitarem de forma lenta, muitas vezes era visto como corporativismo. “Quando participamos da eleição, trouxemos à baila ideias para fazer com que os processos funcionassem de modo mais efetivo”, explicou o secretário-geral adjunto e correge-dor da OAB-BA, Maurício Leahy.

Até 2019, o processo disciplinar ficava a cargo de dois órgãos na OAB da Bahia. A parte inicial era conduzida pelo Conselho Pleno e, ao chegar à fase de julgamento, seguia para o TED. As muitas atribuições do Conselho, por sua vez, se refletiam no andamento dos processos disciplinares, que muitas vezes ficavam represados e com dificuldade na instrução.

ALTERAÇÃO REGIMENTAL

O TED, após alteração regimental, passou a cuidar de todas as fases do processo. O acúmulo de funções levou a um aumento do volume de trabalho, daí a necessidade de praticamente dobrar a quantidade de turmas do Tribunal, cada uma composta por 10 integrantes, para julgar os processos éticos em primeiro grau. Os julgamentos dos recursos continuam sendo feitos pelos conselheiros.

“As atividades voltadas para os processos disciplinares são mais afeitas ao Tribunal de Ética. Os integrantes do TED têm mais facilidade para lidar com esses assuntos”, explicou a presidente do Tribunal, Simone Neri. Hoje, as audiências são realizadas com mais frequência, e quando o processo chega na fase de julgamento está mais completo, pois foi instruído dentro do próprio Tribunal.



Simone Neri, presidente do TED da OAB-BA no triênio 2019-2021

PRESERVAÇÃO DO DIREITO DE DEFESA

Outro fator que atrasava o andamento dos processos e dificultava a defesa dos réus era a ausência de defensores. Maurício Leahy relembra que o representado, muitas vezes, não tinha quem o defendesse e a Ordem era obrigada a indicar um defensor dativo.

A Seccional, então, publicou um edital de convocação para formar a primeira Defensoria Dativa e atacar esse problema. “Nós temos um quadro de defensores funcionando e isso tem sido muito importante para o andamento dos trabalhos”, disse o corregedor.

Simone Neri destacou que a De-



Emília Ribeiro, vice-presidente do TED da OAB-BA no triênio 2019-2021

fensoria se sustenta em dois pilares: trabalhar com quem deseja atuar nessa causa de modo voluntário e uniformizar a condução dos processos. “Com uma Defensoria Dativa é mais fácil auxiliar os advogados na condução do processo disciplinar, além do melhor controle de produtividade”, descreveu.

O cargo de defensor é voluntário e aberto para todos os advogados e advogadas que desejam participar da vida institucional. Os interessados devem estar em dia com a Ordem e sem condenação disciplinar vigente. Além de possuir endereço profissional e residencial em Salvador ou Região Metropolitana.



Ary Raghiant, corregedor do Conselho Federal da OAB

ABRINDO OS ARQUIVOS

Para que o TED e a Corregedoria pudessem realizar o trabalho com mais segurança, era fundamental conhecer a fundo o acervo de processos éticos, uma vez que muitas demandas estavam há anos juntando poeira e os interessados aguardando uma resposta.

A OAB-BA realizou, então, um Mutirão de Admissibilidade e, pela primeira vez na sua história, passou por uma correção interna, que identificou 10.244 processos distribuídos nas fases de admissibilidade, instrutória, julgamento e recursal. Mais de 2.200 novos processos che-

garam ao TED, de modo que a gestão 2019-2021 ficou responsável por conduzir cerca de 12.500 processos.

Graças à correção, o TED passou a ter a noção exata do número de ações, bem como as etapas em que as mesmas se encontravam. Foram identificados processos finalizados, mas pendentes de baixa, e outros prescritos; aqueles em tramitação foram encaminhados para a etapa devida.

Em fevereiro de 2020, a Seccional passou pela Correção Itinerante do Conselho Federal. O trabalho conduzido pelo corregedor nacional, Ary Raghiant, apontou a eficiência das medidas tomadas pela gestão. “A posição da OAB-BA é de vanguarda e ela tem sido grande parceira de todos nós nessa luta para mostrarmos à sociedade a ética e os valores da profissão”, disse Raghiant.

ÓRGÃO CONSULTIVO

Além dos investimentos na modernização do Tribunal, a gestão se preocupou em educar a classe. Por isso foi criado o Órgão Consultivo que atende à advocacia e a todo o sistema OAB-BA. “Há muitas dúvidas sobre o que pode e o que não pode se fazer e muitas vezes fica no âmbito do achismo e da interpretação. Agora, o advogado pode vir e submeter o questionamento ao TED e obter uma resposta para tomar decisões mais acertadas”, esclareceu Simone Neri.

Se um presidente de Subseção estiver, por exemplo, enfrentando um problema na sua região e não souber como agir, pode solicitar uma orientação do Tribunal de Ética. As consultas estão previstas no Estatuto da Advocacia, porém nem todos os tribunais contam com um órgão especializado.



Maurício Leahy, corregedor da OAB-BA no triênio 2019-2021

AÇÕES PEDAGÓGICAS

Em parceria com a Comissão de Educação Jurídica, o TED atuou também no projeto Visita Técnica, no qual a OAB-BA recebe estudantes de Direito e apresenta o funcionamento da instituição, o Código de Ética e demais regulamentações que regem a profissão.

“Nosso objetivo é que lá na frente essas visitas reflitam no comportamento dos futuros advogados, porque a ética é algo extremamente importante, que faz parte do nosso dia a dia, mas muitas vezes é colocada de lado”, apontou a vice-presidente do TED, Emília Ribeiro.

NOVO PROVIMENTO DE PUBLICIDADE

Neste triênio, o Conselho Federal aprovou o novo provimento de publicidade da advocacia, que definiu aspectos fundamentais para o uso da propaganda pelos escritórios, redes sociais para promoção dos serviços jurídicos, marketing jurídico em outras plataformas, publicidade nas modalidades ativa e passiva, impul-

sionamento de conteúdo, dentre outros temas.

A má utilização das ferramentas digitais tem contribuído para aumentar o número de notificações. Para facilitar o rastreamento desses casos, o Conselho Federal lançou o site fiscalizacao.oab.org.br, no qual é possível fazer denúncias de irregularidades, e criou a Coordenação Nacional de Fiscalização, enquanto a OAB da Bahia conta com uma equipe de advogados e advogadas que têm atuado nessa seara e, ao identificar violações, adota providências.

Apesar das dificuldades encontradas pelos advogados que hoje ingressam na profissão, em virtude, dentre outras coisas, do chamado “estelionato educacional”, os especialistas alertam que é possível crescer sem romper os limites éticos. Para isso, é necessário trabalhar a parte técnica, conhecer o regulamento e, assim, entender quais são efetivamente os direitos e, também, os deveres impostos à advocacia. ◀



Inauguração da sede da Subseção de Camaçari

APESAR DA PANDEMIA, GESTÃO ENTREGOU SEIS SEDES E 37 NOVAS SALAS DA ADVOCACIA

Subseções de Camaçari, Eunápolis, Juazeiro, Lauro de Freitas, Cruz das Almas e Vitória da Conquista tiveram suas sedes construídas ou reformadas

É inegável o impacto que a pandemia do novo coronavírus causou no andamento dos trabalhos da Ordem ao longo desse triênio. As dificuldades financeiras e a própria necessidade de isolamento social como forma de conter a disseminação do vírus levaram a uma diminuição no ritmo das ações.

Apesar disso, nesses três anos a OAB da Bahia, dando continuidade ao trabalho de valorização e fortalecimento da advocacia do interior do estado, seguiu firme com o projeto de construção e reforma de salas e sedes, iniciado em 2013 pelo então presidente Luiz Viana. Na gestão 2019-2021,

SALAS INAUGURADAS NA GESTÃO 2019-2021

SUBSEÇÃO	SALA
Barreiras	Comarca de Santa Rita de Cássia
Bom Jesus da Lapa	Comarca de Oliveira dos Brejinhos
	Comarca de Riacho de Santana
Campo Formoso	Comarca de Pindobaçu
	Justiça Federal de Campo Formoso
	Subseção de Campo Formoso
Conceição do Coité	Comarca de Queimadas
Feira de Santana	Comarca de Berimbau
	Comarca de Coração de Maria
	Presídio de Feira de Santana
Gandu	Comarca de Wenceslau Guimarães
Guanambi	Juizado Especial de Guanambi
	Justiça Federal de Guanambi
Ilhéus	Comarca de Itacaré
	Comarca de Una
	Comarca de Uruçuca
	Justiça do Trabalho
	Presídio Ariston Cardoso
Ipiaú	Comarca de Itagibã
Jequié	Comarca de Maracás
	Comarca de Santa Inês
	Conjunto Penal de Jequié
	Fórum Cível de Jequié
Porto Seguro	Comarca de Belmonte
Seccional de Salvador	Conjunto Penal Feminino
Santa Maria da Vitória	Comarca de Santana
	Fórum de Santa Maria da Vitória
Santo Antonio de Jesus	Comarca de Amargosa
Senhor do Bonfim	Comarca de Cansanção
	Comarca de Jaguarari
	Comarca de Senhor do Bonfim
	Subseção de Senhor do Bonfim
Serrinha	Comarca de Euclides da Cunha
	Comarca de Irará
	Comarca de Ribeira do Pombal
	Comarca de Tucano
Simões Filho	Comarca de Candeias
	Comarca de Santo Amaro
Teixeira de Freitas	Fórum de Teixeira de Freitas
	Justiça Federal de Teixeira de Freitas



Sede da Subseção de Eunápolis



Sede da Subseção de Juazeiro



Reinauguração da sede da Subseção de Eunápolis



Reinauguração da sede da Subseção de Eunápolis



Inauguração da sede da Subseção de Juazeiro



Inauguração da sede da Subseção de Juazeiro

as subseções de Camaçari, Eunápolis, Juazeiro, Lauro de Freitas, Cruz das Almas e Vitória da Conquista tiveram suas sedes construídas ou reformadas. Além disso, a Seccional inaugurou outras 37 salas da advocacia (vide tabela).

Cada novo espaço entregue à classe é um sonho que se realiza e uma trincheira que se abre para a luta em defesa da advocacia. De acordo com o presidente Fabrício Castro, salas e sedes vão muito além do prédio em si. “Cada tijolo erguido é um passo adiante na construção desse sonho de valorização da advocacia do interior”, afirmou Fabrício.

A conselheira federal Daniela Borges, que coordenou o grupo de trabalho responsável pela construção e reforma das sedes, compara os prédios institucionais a um lar e reforça a necessidade dos advogados e advogadas, sobretudo aqueles que atuam longe da capital, poderem contar com uma casa que lhe dê orgulho.

“Precisamos estar juntos e juntas para nos reinventarmos. A OAB não são paredes e sim os advogados e advogadas que fazem o dia a dia do nosso trabalho e lutam pelos direitos dos nossos clientes, mas também pela valorização e fortalecimento da advocacia”, afirmou.

ENTREGA DO NOVO CAD

Além das salas e sedes, a gestão entregou, ainda, o novo Centro de Atendimento aos Advogados (CAD), que funciona no 1º andar do Fórum Ruy Barbosa, cuja reforma foi concluída em fevereiro de 2020.

O CAD é mais um espaço à disposição da classe para a realização de reuniões com clientes, consultas processuais e outras atividades profissionais.

O número de escritórios foi ampliado de 15 para 21 unidades, todas com computador e linha telefônica. Além disso, o espaço passou a contar com sala de reu-

nião, sala de estudos, sala de consulta processual e uma sala de amamentação, para que advogadas lactantes possam amamentar seus filhos com todo conforto enquanto trabalham no Fórum.

A advogada cível Jéssica Vanele conheceu o espaço antes e depois da reforma e aprovou o investimento feito pela OAB da Bahia. “A obra era necessária. Agora está mais prazeroso exercer a advocacia aqui e facilitou muito a vida daqueles advogados que não têm escritório ou que, por praticidade, utilizam a estrutura do CAD. A Seccional está de parabéns pelo trabalho”. ◀



Sessão de encerramento do CCJA no triênio 2019-2021

CONSELHO CONSULTIVO FORTALECEU PARTICIPAÇÃO DA JOVEM ADVOCACIA NA OAB

Triênio que se inicia será marcado pela participação efetiva de jovens no Conselho Pleno

O triênio 2022-2024 da OAB da Bahia terá como uma das suas marcas a presença da jovem advocacia no Conselho Pleno. O feito é o coroamento de todo um trabalho que nasceu em 2013, na primeira gestão do então presidente Luiz Viana, que rendeu frutos, como a criação do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA), um órgão de-

mocrático, inclusivo e que tem sido protagonista em algumas das principais lutas da advocacia.

Nos últimos três anos, sob a presidência da agora conselheira seccional, Sarah Barros, o CCJA da Bahia foi decisivo, por exemplo, na alteração da cláusula de barreira, que reduziu de cinco para três anos o tempo de inscrição para que jovens advo-

gados e advogadas possam disputar cargos nos conselhos seccionais.

O relator do processo foi o ex-presidente da OAB Jovem e hoje tesoureiro da Seccional, Hermes Hilarião, que destacou que essa medida veio corrigir um erro histórico com a jovem advocacia, que sempre esteve à margem do processo eleitoral da Ordem.

Para Sarah Barros, a redução da cláusula caminhou no sentido de democratizar ainda mais a OAB e favorecer que todos e todas que se sintam à vontade em participar da vida institucional da Ordem possam se colocar à disposição de contribuir com a classe.

Nesse sentido, também, a OAB Jovem realizou diversas sessões itinerantes pelo interior da Bahia para ampliar ainda mais a participação dos integrantes dos Conselhos Jovens das subseções.

FOMENTO À FORMAÇÃO

Na última sessão do triênio, o CCJA lançou três importantes projetos de fomento à formação da classe. O primeiro deles foi a segunda edição da Revista da Jovem Advocacia, que reúne diversos artigos produzidos ao longo dos últimos anos pelos grupos de estudo do Conselho Jovem.

Outra novidade foi o Curso de Recesso de Prática da Jovem Advocacia, com mais de 200 horas de aulas disponibilizadas gratuitamente no site da ESA. Além disso, a OAB Jovem lançou o Minuto Publicidade, uma série de podcasts que podem ser acessados no canal da OAB da Bahia no Youtube, sobre o novo Provimento de Publicidade da OAB.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Apesar da pandemia, a OAB Jovem realizou mais de 370 atividades ao



Hermes Hilarião, tesoureiro da OAB-BA no triênio 2019-2021

longo desses três anos, formou 31 grupos de trabalho e as atividades online tiveram mais de 51 mil visualizações.

Entre as ações, foi destaque o projeto Boa Prova, que recebe estudantes no dia do Exame da Ordem; o IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste, que contou com mais de quatro mil inscritos e 94 palestrantes; a III Feira Baiana de Empreendedorismo Jurídico, que ocorreu dentro do IV Encontro Regional; o Júri Simulado; as Audiências Simuladas; além do programa Empreendedorismo em Foco.

Com o advento da pandemia, houve a necessidade de adaptar as atividades para o formato online. Assim, foram realizadas duas edições do Congresso Online da Jovem Advocacia Baiana; o Trocando Experiências, que obteve mais de 20 mil visualizações no perfil da OAB Jovem no Instagram; o Advocacia na Voz da Jovem Advocacia; o Falas Femininas; os Cursos de Iniciação, que tiveram mais de cinco mil participantes; a Maratona da Jovem Advocacia; e os debates sobre o Novo Provimento de Publicidade.

A OAB Jovem ainda foi fundamental para a aprovação do Plano de Valorização da Advocacia Associada e para fechar o convênio com a cooperativa de créditos



Sarah Barros, presidente do CCJA da OAB-BA no triênio 2019-2021

Sicoob, além da aprovação do Provimento de Publicidade. “Foram anos de muito trabalho, muitos desafios, mas nós concluímos a gestão com a sensação de dever cumprido”, disse Mailson Conceição, diretor de planejamento do CCJA.

O vice-presidente do CCJA, Lucas Macedo, frisou que as conquistas alcançadas pelo Conselho foram fruto do trabalho em equipe. “Todos que veem os nossos projetos sentem a sintonia que há na OAB Jovem”, observou. Para Manuela Iglesias, diretora de relações institucionais, sem essa construção coletiva e completa entrega de todos ao trabalho não seria possível construir um conselho forte.

Já o diretor de relacionamento com o interior, Leonardo Vieira, destacou a resiliência do grupo frente aos desafios. “Mostramos que somos capazes de nos adaptar, mesmo nos momentos mais difíceis que enfrentamos”.

Sarah Barros agradeceu ao apoio que recebeu ao longo desses anos e destacou que a sua passagem pelo Conselho Jovem está repleta de grandes momentos: “Cada um de vocês faz a diferença na minha vida e tenho certeza que não teríamos alcançado tantas coisas se não tivéssemos tantas mãos unidas”. ◀

JUSTIÇA FEDERAL DETERMINA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS À ADVOCACIA DATIVA

Sentença histórica foi uma das grandes conquistas do triênio 2019-2021

A advocacia baiana conquistou, neste ano de 2021, uma vitória muito aguardada. O juiz Durval Carneiro Neto, da 7ª Vara Federal da Bahia, acatou o pedido da Seccional e obrigou o Estado da Bahia a pagar os honorários devidos à advocacia dativa.

Por meio da Procuradoria de Prerrogativas e da Comissão da Advocacia Dativa, a OAB-BA moveu uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado por não pagar os honorários dos advogados e advogadas designados para defender pessoas hipossuficientes. Os advogados e advogadas dativos atuam, sobretudo, naquelas regiões em que não há a presença da Defensoria Pública.

Na decisão, foi assegurado “o direito subjetivo dos advogados dativos ao pagamento dos honorários arbitrados pelos juízes das causas nas quais foram designados, independente da anuência do Estado quanto à existência e à extensão do crédito”.

“São milhares de colegas nessa situação, trabalhando com dedicação na defesa dos cidadãos baianos que não têm condições financeiras, e que, na hora do recebimento da remuneração, enfrentam uma luta desleal com o Estado da Bahia”, disse o presidente da OAB da Bahia, Fabrício Castro, sobre a decisão.

Um dos mentores da ACP, o presidente da Comissão da Advocacia Dativa da OAB-BA, Ubirajara Ávila, des-



Ubirajara Ávila, presidente da Comissão da Advocacia Dativa da OAB-BA no triênio 2019-2021

tacou a luta da Ordem pelo reconhecimento desse direito da classe. “Há quase uma década, a OAB vem lutando pela efetivação do recebimento dos honorários dativos, seja na batalha pela fixação antecipada e conforme Tabela da OAB, mas, principalmente, para efetivar o pagamento dessa verba que é direito inviolável da classe”, frisou.

Para o subprocurador-geral da OAB-BA, Rodrigo Magalhães, foi uma importante vitória da instituição para a valorização dos advogados que realizam a defesa daqueles que não têm condições econômicas de contratar um profissional e não dispõem do apoio do Estado.

“Há a necessidade de o Estado da Bahia aderir às melhores práticas e implementar – por lei e convênio entre os poderes, a Defensoria e a OAB – a organização desse instituto, como outros estados já fazem há alguns anos”, alertou Magalhães.

Para assegurar o pagamento dos honorários, a OAB da Bahia pediu na ACP que a decisão fosse reconhecida como título direto para pagamento das verbas. O Estado alega que não paga os profissionais devido à falta de comprovação da impossibilidade de atuação da Defensoria Pública nos processos, bem como em razão da ausência de sua participação na formação dos títulos executivos. ◀



COMISSÃO DA MULHER CHEGOU A TODAS AS SUBSEÇÕES NO TRIÊNIO 2019-2021

Para além da paridade de gênero, essa foi mais uma grande conquista da advocacia baiana

Antes mesmo da paridade de gênero ser lei, a OAB da Bahia compôs o seu Conselho Pleno com 50% de advogadas. A conquista inédita para uma Seccional se deu a partir de 2019, graças à luta de mulheres e ao apoio de homens que entenderam a necessidade de elas, que àquela altura já eram metade dos inscritos na Ordem, estarem devidamente representadas na instituição.

Neste triênio, marcado pela liderança da conselheira federal e presidente seccional eleita, Daniela Borges, na Comissão Nacional da Mulher, que fez da paridade de gênero uma realidade em todas as seccionais, a Comissão da Mulher Advogada (CMA) chegou a todas as 36 subseções da OAB da Bahia. O feito é de extrema importância para o processo de reconstrução dos espaços institucionais e marca um novo tempo para o exercício da advocacia no estado.

“A Bahia tem uma construção sólida de participação das mulheres nos espaços de decisão, que resultou em uma gestão com paridade de gênero, sem que fosse obrigatório. As mulheres e os homens que hoje caminham conosco fizeram o movimento *A Ordem Agora é Paridade*, e eu tenho muito orgulho de ser parte disso”, disse Daniela Borges.

Para Daniela Portugal, presidente da Comissão da Mulher Advogada (CMA) da Seccional, esse momento nasceu, de fato, quando o desejo por uma igualdade de gênero se tornou algo comum naqueles que integraram a chapa liderada por Fabrício Castro, em 2018. “Deixamos de lado disputas individuais para focarmos na necessidade de fortalecimento e união”, afirmou.

Esse, segundo ela, é mais um passo de uma longa caminhada marcada, ainda, pelo acesso das mulheres às universidades e aos cursos de Direito. “Temos hoje o desafio de garantir equiparação salarial, espaços de trabalho livres de assédio e misoginia, além da possibilidade de ocupação vertical nas estruturas hierárquicas”, alertou.

A presidente da Comissão da Mulher da OAB-BA, Renata Deiró, relembrou que há muito tempo as mulheres advogadas vêm questionando uma participação mais efetiva no Sistema OAB, e que esse movimento tem ganhado cada vez mais força. “Não era aceitável que nós mulheres continuássemos nos bastidores de uma instituição que pagamos hoje mais da metade da conta”, afirmou.

A presença da CMA no interior é uma forma de as advogadas se reconhecerem enquanto parte integrante e agentes de transformação do Sistema OAB. Thais da Paixão, presidente da CMA na Subseção de Irecê, conta que



Daniela Portugal, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-BA (2019-2021)



Renata Deiró, presidente da Com. de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA (2019-2021)

a Comissão tem inspirado todas as advogadas da região a lutarem pela valorização dos direitos das mulheres. “A advocacia ainda é uma profissão muito machista, e a Comissão nas subseções fez com que todas nós percebêssemos que temos capacidade de cobrar que a nossa voz seja ouvida e respeitada”, destacou Thais.

O trabalho das CMAs vai muito além das fronteiras da Ordem. O suporte às vítimas de violência doméstica e as inúmeras parcerias com secretarias de Saúde, Educação, escolas e outras instituições beneficiam a sociedade e trazem bastante visibilidade à OAB.



Wanessa Gedeon, presidente da CMA da Subseção de Ilhéus no triênio 2019-2021

Em Irecê, por exemplo, a Comissão se uniu ao Núcleo de Atendimento à Mulher (NEAM) e ao Centro de Referência da Mulher (CRM) para realizar campanhas de distribuição de absorventes e prestação de assistência jurídica. Além disso, foi realizado um trabalho nas escolas públicas e privadas da região para disseminar informações sobre os direitos das mulheres e enfrentamento da violência.

Já na Subseção de Ilhéus, a Comissão da Mulher Advogada e de Defesa dos Direitos da Mulher integra a Frente Parlamentar de Defesa das Mulheres na Câmara de Vereadores. A presidente da Comissão entre os anos de 2019 e 2021, Wanessa Gedeon, foi eleita vice-presidente da Seccional.

Ela destaca que, além das prerrogativas das advogadas, a defesa do Estado Democrático de Direito é outro pilar que sustenta a Comissão. “Atuamos ao lado do Tribunal de Justiça no projeto de Justiça Restaurativa, que trabalha o agressor, não apenas as vítimas. E ficamos muito satisfeitas com os resultados, pois, graças a esse trabalho, muitos homens nunca mais cometeram violência”, contou.

O triênio na subseção do sul baiano foi marcado pela realização do I Encontro Regional da Mulher Advogada de Ilhéus. A Comissão também estreitou o diálogo com as delegacias da região para facilitar o apoio e acolhimento às vítimas, vai integrar a Ronda Maria da Penha



Lorena Peixoto, presidente da CMA da Subseção de Feira de Santana no triênio 2019-2021

(da Polícia Militar) e tem realizado campanhas como o Outubro Rosa, o Novembro Azul e o Agosto Lilás.

Maior do estado, a Subseção de Feira de Santana atua em outra cidade onde a então presidente da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher chegou agora à diretoria, no cargo de vice-presidente. Lorena Peixoto conta que, apesar da pandemia, a Comissão conseguiu realizar cursos e conferências online de grande alcance, além de campanhas de doações de produtos de higiene às mulheres custodiadas e uma campanha do agasalho.

“Fizemos, ainda, palestras em empresas que se preocupam com a mulher no contexto familiar, principalmente porque na pandemia houve um aumento da violência doméstica, notadamente por conta do índice de desemprego e dos trabalhos realizados na modalidade home-office, o que demandou da mulher um acúmulo de atribuições”, explicou.

Lorena disse enxergar com bons olhos esse momento de ascensão feminina na OAB e acredita que a representatividade que está sendo alcançada reflete a competência das advogadas. “Nós temos total capacidade de gerir e estar à frente de uma instituição como a OAB. Temos trabalho junto à Ordem, temos resultados efetivos, temos história, e, portanto, devemos também ocupar estes espaços”, concluiu. ◀



Assinatura do convênio entre a TV ALBA e a OAB da Bahia

TV ALBA DESTACA TEMAS JURÍDICOS EM PARCERIA COM A OAB-BA

Seccional e Assembleia produzem programas voltados à advocacia e defesa da sociedade

Uma programação com produções de TV e rádio para mostrar aos cidadãos aspectos do trabalho realizado pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia. Esse é o resultado de uma parceria firmada pela OAB-BA com o sistema de Rádio e TV da Assembleia Legislativa do Estado (TV ALBA), para a realização e exibição de programas voltados à advocacia e defesa da sociedade.

A cerimônia de assinatura do convênio ocorreu ainda no primeiro ano do mandato da Diretoria liderada por Fabrício Castro, que celebrou a parceria com o então presidente da ALBA, Nelson Leal. Estiveram presentes, ainda, os conselheiros seccionais Syl-

vio Garcez, Vander Costa e Tiago Assis, além dos deputados Vitor Bonfim, Sandro Régis e Marcelo Veiga.

Fabrício destacou a importância de uma parceria entre a Seccional e a casa legislativa estadual: “Muitas coisas que a OAB leva para a programação podem ser aproveitadas pelos deputados, da mesma forma pautas da Assembleia também podem ser agregadas à programação da Ordem. É um projeto bom para a Assembleia, bom para a OAB e bom para o cidadão baiano”.

O programa de estreia da parceria foi gravado no final de janeiro de 2020. Com o nome “OAB na TV”, e conduzido pela apresentadora Milena Barre-

to, a produção entrevistou Fabrício Castro. O presidente da OAB-BA falou a respeito dos planos a serem desenvolvidos pela Diretoria no triênio, destacou o trabalho da Ordem na defesa dos interesses da sociedade e na defesa da classe.

Ele também voltou a destacar a importância da abertura de espaço para a Ordem no sistema de comunicação da Assembleia para levar informação de qualidade à população. Desde esse início, a OAB-BA vem levando informações das atividades da Seccional e do universo jurídico em programas para TV e rádio, aproximando cada vez mais a OAB-BA do Legislativo estadual e da sociedade baiana. ◀

OAB DA BAHIA LANÇA PROGRAMA DE COMPLIANCE

Iniciativa busca prevenir fraudes e atitudes antiéticas, atos ilícitos e corrupção dentro da Ordem

No triênio 2019-2021, a OAB da Bahia inseriu na instituição o Programa de Compliance. A iniciativa traz um conjunto de políticas e procedimentos voltados à prevenção de fraudes e atitudes antiéticas, atos ilícitos e corrupção dentro da Ordem. Atenta à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Seccional envolveu todo o corpo colaborativo no programa.

O coordenador do projeto e secretário-geral adjunto da OAB da Bahia, Maurício Leahy, conta que para implantar o programa foi criado um grupo de trabalho, com participação de diversos advogados voluntários, além das comissões de Compliance e Direito Digital.

Além da LGPD, o presidente da Comissão de Compliance, Adriano Fonseca, destaca que o programa buscou adaptar ao funcionamento da OAB da Bahia as regras de governança instituídas pela Lei Anticorrupção, e formalizou práticas já adotadas pela Seccional. “O que fizemos foi apenas sistematizar e organizar

essas práticas que já eram da instituição, mas que não tinham uma normatização satisfatória”, explica.

Para efetivar a implantação do programa, foram criadas ferramentas como um mapeamento de riscos e políticas de recrutamento de servidores e de compras, além de um programa de treinamento para que todos os integrantes do Sistema OAB da Bahia conseguissem usar essas ferramentas.

CÓDIGO DE CONDUTA

Para ajudar na transparência e fiscalização, o programa conta com um Código de Conduta e Integridade, que serve como um guia dos valores da instituição, no qual estão previstas sanções àqueles que não os seguirem. Essas punições podem variar de advertência verbal ou escrita, passando pela possibilidade de suspensão e, em último caso, rescisão contratual. O programa conta, ainda, com um canal de denúncias e políticas de compras e recrutamento. ◀



OAB DIGITAL: PROJETO TEVE INÍCIO ANTES DA PANDEMIA

A assinatura do convênio aconteceu em fevereiro de 2020 e foi uma promessa de campanha do presidente Fabrício Castro



Assinatura do convênio entre a OAB-Ba e a empresa Implanta para a criação do OAB Digital

No dia seis de fevereiro de 2020, o presidente da OAB da Bahia, Fabrício Castro, assinou o contrato com a empresa Implanta, dando início ao programa OAB Digital. Àquela altura não se imaginava que a pandemia do novo coronavírus ganharia a dimensão que tomou e que a advocacia do nosso estado seria tão prejudicada.

O OAB Digital, sem dúvida, foi um passo bastante significativo para a classe, no sentido de trazer mais eficiência e celeridade às atividades da entidade. Graças a ele, reduziu-se a burocracia, o uso de papel foi deixado de lado e todos os processos passaram a tramitar de forma eletrônica, o que fez com que os advogados não mais precisassem ir até a sede da Piedade dar entradas nas suas certidões, carteiras e afins.

Na época do lançamento, Fabrício Castro definiu o

projeto como “fundamental” para o futuro da OAB da Bahia, pois, com ele, a instituição ingressava definitivamente na era digital, o que democratizou bastante o acesso da classe à sua entidade.

“Antes, um advogado do interior que queria fazer uma alteração num documento protocolava na Subseção, esperava o malote seguir para a Seccional, aguardava a tramitação e o encaminhamento para o setor responsável. Se precisasse de diligência, volta para a Subseção. Havia muita demora. Agora, tudo é online”, descreveu Fabrício.

O investimento feito foi proporcional à reforma de uma sede de subseção, com a diferença que o OAB Digital abraça a classe de todo o estado. “Fizemos um investimento robusto para que a Seccional seja ainda mais eficiente e os serviços da advocacia mais céleres”, complementou o presidente. ◀



GESTÃO APRIMOROU CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Cursos ajudaram funcionários a desenvolver competências para melhor atender a advocacia

Apesar das limitações impostas pela pandemia, a OAB da Bahia deu início a um grande programa de capacitação do seu quadro de servidores da capital e do interior do estado. Por meio de ferramentas, a Seccional colocou em prática um projeto com os objetivos de atualizar e desenvolver as competências dos colaboradores e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à classe.

Desenvolvido pela secretária-geral Marilda Sampaio, em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA), o projeto foi abraçado por toda a Diretoria. “Foi uma verdadeira

revelação de talentos, que serviu para valorizar ainda mais nossa equipe e promover muita troca de conhecimento e experiências”, destacou Marilda.

Para o secretário-geral adjunto Maurício Leahy, o programa serviu, ainda, para aproximar os funcionários da capital e do interior. “As aulas contribuíram para que nossos colaboradores se preparassem melhor e se aprimorassem no atendimento a advogados e advogadas”.

Realizadas semanalmente com duração média de duas horas, as aulas foram transmitidas na platafor-

ma Zoom e contemplaram funcionários da Seccional, das Subseções e de todos os postos de Salvador.

O curso abordou assuntos do dia a dia, como gestão de tempo, psicologia organizacional, noções de contabilidade, tecnologia da informação, educação financeira, redação e português.

“Foi, de fato, uma excelente iniciativa da Diretoria, que, num momento difícil, facilitou a vida dos funcionários. Foi um programa muito proveitoso porque conseguimos nos ver e trocar experiências”, destacou a colaboradora Flávia Bastos, uma das participantes do curso. ◀

ESA REALIZOU MAIS DE 170 MIL MATRÍCULAS NO TRIÊNIO 2019-2021

Desde o início da pandemia, todos os cursos da Escola estão gratuitos



Thais Bandeira, diretora geral da ESA no triênio 2019-2021

Ao longo dos últimos três anos, a Escola Superior de Advocacia (ESA) alcançou números nunca antes vistos. Impulsionada pela ESA Digital, a instituição realizou cerca de 183 mil matrículas nos seus diversos cursos voltados para a parte prática da profissão e que buscam suprir as lacunas deixadas pela graduação em Direito.

De acordo com a diretora da ESA, Thaís Bandeira, os colegas encontram cursos com um viés prático e voltados ao dia a dia e à militância da profissão. Por isso, a

instituição é cada vez mais procurada, sobretudo pela jovem advocacia.

“Os colegas aderem aos nossos cursos exatamente por reconhecerem a importância de se aprender a advogar. Nosso diferencial é passar dicas e pontos que não são vistos nos bancos da graduação. Além disso, temos cursos de aperfeiçoamento e com temáticas atuais. Assim, quem busca essa atualização também passa a ser nosso público”, explica Thaís.



Estudantes e jovens advogados participam da competição Júri Simulado



O Júri Simulado foi uma parceria da ESA com a OAB Jovem



Equipes de oito faculdades participaram do Júri Simulado

Desde o início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, em março de 2020, houve a necessidade de suspensão dos cursos presenciais, em virtude do isolamento social. No entanto, a plataforma online ganhou bastante força e todas as aulas virtuais foram disponibilizadas de maneira gratuita para a classe. O alcance foi tamanho que chegou a profissionais e estudantes de Direito de outros estados além da Bahia.

Entre os cursos mais procurados estão o de PJE, justamente pelo fato de ensinar aos advogados e advogadas o formato de atuação em processos judiciais eletrônicos, e o de Processo Civil. Os demais cursos práticos, como Prática Penal, Trabalhista e Cível, também têm grande procura.

Além dos cursos online disponíveis no site da ESA, cujas aulas são gravadas, a Escola neste triênio aumentou as parcerias com as comissões da OAB da Bahia, o Conselho Consultivo da Jovem Advocacia e outras instituições para disseminar o conhecimento por meio das lives transmitidas via Instagram e cursos pela plataforma Zoom.

“Conseguimos realizar cursos com professores renomados, muitos de fora da Bahia, e disseminamos esse conteúdo para todo o interior do nosso estado. Em algumas edições, até tivemos a honra de receber colegas inscritos em outras Seccionais como nossos”, destacou Thaís Bandeira.

JÚRI SIMULADO

Esta gestão foi marcada, ainda, pela realização da competição jurídica Júri Simulado, uma parceria da ESA com a OAB Jovem. A primeira edição, que aconteceu em agosto de 2019, na Faculdade Baiana de Direito, reuniu equipes de oito faculdades, compos-

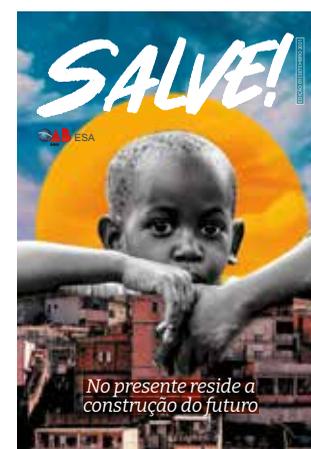
tas por estudantes a partir do 7º semestre e jovens advogados egressos dessas instituições.

Thaís destacou o pioneirismo da iniciativa, que atraiu muito o público jovem. “Nesse jogo, aqueles assuntos ensinados na graduação ganham outra roupagem, pois passam a ser aplicados na prática. É um verdadeiro ensinamento, não da teoria apenas, mas da forma como fazer”.

REVISTA SALVE!

A ESA lançou, também, a primeira edição da revista digital Salve!. O fascículo de estreia trouxe como título: “No presente reside a construção do futuro”. De acordo com o vice-diretor da Escola, Luiz Gabriel Batista Neves, a Salve! foi inspirada na revista Ângulos, do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O principal diferencial da publicação é relacionar o Direito com a arte. “Temos boas revistas de diferentes áreas do Direito, mas nessa, escolhemos trabalhar sob a perspectiva da arte, que é um ponto fundamental para tocar o sentido exato das matérias jurídicas”, afirmou. ◀



Debate sobre a reforma trabalhista



Debate sobre pacote anticrime

CAAB: UMA GESTÃO DE MUITO APOIO À ADVOCACIA BAIANA E ENFRENTAMENTO AOS OBSTÁCULOS CAUSADOS PELA COVID-19

Caixa de Assistência acolhe advogados, advogadas e dependentes no período da pandemia



A segunda gestão da presidência de Luiz Coutinho e sua diretoria à frente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia (CAAB) foi marcada por muito trabalho e avanços, em forma de serviços e benefícios, em prol da advocacia baiana. No triênio 2019-2021 também ficam registradas as ações desenvolvidas pela CAAB no sentido de acolher advogados, advogadas e dependentes no período da pandemia, em especial aqueles que tiveram a situação de vulnerabilidade financeira agravada pelo novo coronavírus e pelo fechamento do Judiciário.

Tão logo as autoridades sanitárias determinaram as medidas de isolamento e distanciamento social para impedir a proliferação da doença, a diretoria da CAAB traçou planos de ação, colocando em prática resoluções que garantissem a concessão de auxílios estatutários e atendimento aos associados. Também disponibilizou atendimento virtual e confiável, em uma plataforma digital que proporcionou orientações sobre como detectar os sintomas da covid-19 e as práticas higiênicas que ajudam a impedir sua proliferação.

Mesmo com todas as adversidades, a CAAB esteve atenta e cumpriu, de forma atuante e célere, o seu papel

de braço social e assistencialista da OAB-BA. Ampliou em mais de 300% o deferimento de auxílios estatutários e criou o Auxílio Covid, para mitigar os obstáculos que a doença causou aos associados contaminados pelo vírus, que provocou a morte de centenas de milhares de brasileiros, inclusive advogados e advogadas.

A Caixa de Assistência também intensificou e ampliou as campanhas de vacinação contra a gripe H1N1, imunizando a classe em Salvador e nas 36 subseções da OAB-BA no interior. Com as ações de 2020 e 2021, foram aplicadas mais de 35 mil doses de vacina. A atuação da CAAB foi aprovada por praticamente 100% da classe, fato esse verificado por uma pesquisa de satisfação.

Outra importante e providencial iniciativa foi a criação do Auxílio Alimento CAAB, ação muito elogiada, que se mostrou exitosa, e obteve avaliação positiva dos advogados e advogadas que se cadastraram para receber o benefício na capital e interior. A entrega, em sistema drive-thru, garantiu o distanciamento social necessário para o combate à disseminação do coronavírus. A qualidade dos alimentos recebeu aprovação de 97,4% dos entrevistados.

Graziele Medeiros, uma das advogadas beneficiadas durante a pandemia, fez questão de registrar a impressão sobre o Auxílio Alimento CAAB: “Eu muito agradeço. Sou jovem advogada e perdi o emprego com a pandemia. Moro com minha mãe e sei que é de extrema importância o que a Caixa vem fazendo pela categoria nesse momento extremamente difícil para todos, não só os advogados e advogadas. Então, agradeço, de todo o meu coração, essa ajuda. Ela é importantíssima. Muito obrigada”, disse Graziele.

As ações realizadas durante a fase mais aguda do isolamento e distanciamento social mostraram, mais uma vez, a importância da parceria entre CAAB e OAB-BA para o acolhimento dos associados e suas famílias. Um trabalho de sucesso que contou também com o apoio de presidentes de subseções e dos delegados e delegadas da Caixa de Assistência.

Durante o tempo em que manteve boa parte dos serviços suspensos, por conta das determinações das autoridades sanitárias, a diretoria da Caixa de Assistência trabalhou na execução de projetos de reforma e ampliação dos espaços destinados à classe no Centro de Cultura João Mangabeira (CCJM), onde já funcionava o programa Meu Escritório, com seis escritórios, sala de reunião e espaço com 58 computadores. Agora, o Centro de Serviços da Advocacia, que já oferecia o serviço de engraxate e esmalteria, passou a disponibilizar barbearia, cafeteria e sanitários com equipamentos de acessibilidade e Sala de Sustentação Oral.

As ações avançaram ainda mais com a ampliação do programa Meu Escritório, que ganhou a unidade Comércio do Centro de Serviços da Advocacia, localizada no 8º andar do Edifício Big, na Praça da Inglaterra. Lá, advogados, advogadas e estagiários contam com ampla sala de reunião, sala de convivência, quatro modernos escritórios, sala de estudos e um auditório com capacidade para 65 pessoas.

“Agradeço a Deus de ter podido estar à frente da diretoria da Caixa de Assistência nesse período da pandemia, porque, juntamente com os colegas da diretoria, pude trabalhar ainda mais e levar acolhimento aos colegas, em especial para aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade financeira. A CAAB foi atuante, protagonista e suas ações contribuíram para justificar cada real pago pelos colegas em anuidade para a Ordem. Isso nos deixa com a plena certeza de dever cumprido nas duas gestões em que comandamos os destinos da Caixa de Assistência”, disse o presidente da CAAB, Luiz Coutinho. ◀



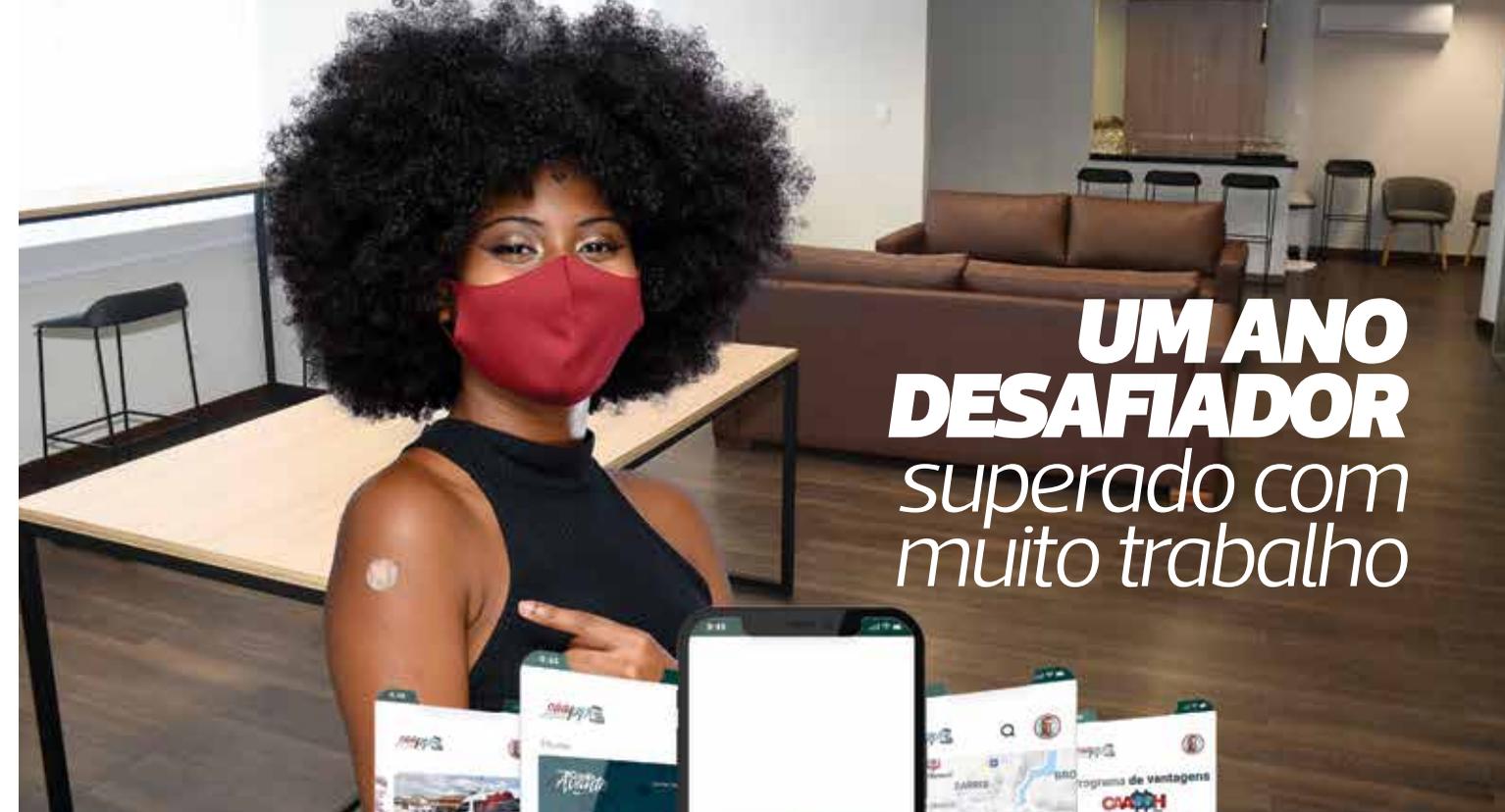
Luiz Coutinho, presidente da CAAB no triênio 2019-2021



Campanha de vacinação contra a gripe



Unidade Comércio do Centro de Serviços da Advocacia



UM ANO DESAFIADOR superado com muito trabalho

Os últimos tempos nos trouxeram inúmeros desafios que trabalhamos para superar, dia após dia, com muito empenho e dedicação. Fizemos valer, mais uma vez, a missão da CAAB, em um momento que faz jus a uma história de sete décadas e meia de serviços prestados à advocacia baiana. Celebramos este marco com o lançamento do Selo 75 Anos CAAB, referência de uma trajetória sólida, cuja essência está em servir, de forma incondicional, advogados e advogadas de toda a Bahia.

Entre nossas ações mais importantes de atenção à saúde, mantivemos a já tradicional campanha de vacinação contra a gripe Influenza, com 35 mil doses disponíveis para atender os associados e seus familiares. Num período de aceleração da transformação digital lançamos também o CAApp,

um aplicativo que possibilita o agendamento de serviços oferecidos pela CAAB de forma rápida e objetiva. Em 2021, a CAAB entregou também a ampliação do programa Meu Escritório no bairro do Comércio. O local dispõe de salas para atendimento de clientes, auditório, computadores e um posto do INSS exclusivo para atendimento de advogadas e advogados, tudo para facilitar a rotina da classe.

A advocacia é a razão de existir da CAAB e é por isso que os desafios sempre serão nossos maiores incentivos para fazer mais e melhor, com serviços de excelência e que proporcionem ao advogado e à advogada a tranquilidade para exercer suas atividades com dignidade.



VOCÊ JÁ
CONHECE O
PROGRAMA
ANUIDADE
ZERO?



O **Programa Anuidade Zero** transforma suas despesas do dia a dia em pontos que são convertidos em desconto para sua anuidade, reduzindo o valor e podendo até mesmo quitá-la!

Participar é muito fácil! Basta seguir esses três passos:

- 1 Acesse a página www.anuidadezero.oab.org.br e faça seu **cadastro**.
- 2 Consulte a lista de estabelecimentos parceiros na página e na **hora de pagar** digite seu CPF no **aplicativo do programa**.
- 3 Acompanhe seu **extrato de pontos** pela página do programa.

Caso sua pontuação ultrapasse o necessário para zerar sua anuidade, é só solicitar através do site ou do aplicativo a troca do excedente por brindes, vouchers ou até mesmo restituição em dinheiro, de acordo com o regulamento do programa.

Participe. Acumule. Economize!

 www.anuidadezero.oab.org.br

 contato.anuidadezero@oab.org.br

 [@programaanuidadezeroba](https://www.instagram.com/programaanuidadezeroba)

